



PROJETO PILOTO
PARA A GESTÃO COLABORATIVA
DO PARQUE NATURAL
DO TEJO INTERNACIONAL

Revisão do Plano de Valorização

do Parque Natural do Tejo Internacional 2018-2022



PROJETO PILOTO PARA A GESTÃO COLABORATIVA DO PARQUE NATURAL DO TEJO INTERNACIONAL

Dezembro de 2019



ÍNDICE

1. Enquadramento	2
2. O Parque Natural do Tejo Internacional- caraterização sumária	3
3. Antecedentes e pressupostos para a ação	12
3.1. Historial do Projeto Piloto.....	12
3.2. Envolvimento da população e dos atores-chave.....	25
4. Desafios para a gestão do Parque Natural do Tejo Internacional	40
4.1. Aspetos críticos no território.....	40
4.2. O que se pretende mudar.....	42
4.3. Posicionamento estratégico do PNTI.....	44
4.4. Áreas-chave nas quais se pretende apostar.....	48
4.5. Análise do novo modelo de co-gestão e comparação com o Projeto Piloto.....	50
5. Plano de Atuação: Projetos e ações	78
5.1. Eixos estratégicos do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022....	78
5.2. Medidas previstas.....	79
5.3. Execução do Plano de Atuação.....	87
5.4. Indicadores de monitorização.....	87
5.5. Projetos desenvolvidos no biénio 2018-2019.....	88
5.6. Projetos definidos no Plano de Atuação 2020.....	97
5.7. Potenciais fontes de financiamento.....	98
ANEXOS	99



1. Enquadramento

No dia 21 de agosto de 2019 foi publicado o Decreto-Lei que define o modelo de cogestão das áreas protegidas, Decreto-Lei n.º 116/2019, e que refere o seguinte:

Reconhece-se hoje que as áreas protegidas são alvo de uma procura crescente por diferentes grupos de interesse, designadamente pelas pessoas que pretendem uma experiência autêntica de contacto com a natureza. Nas regiões do interior, sobretudo, as áreas protegidas constituem, cada vez mais, polos de atração, induzindo a mobilização dos recursos locais, contribuindo para promover localmente a economia e o desenvolvimento social e, deste modo, para criar melhores condições para fixar pessoas nesses territórios. A natureza é, neste quadro, o elemento agregador que norteia a cogestão das áreas protegidas.

Valorizar a RNAP, como uma rede coerente e consistente, não pode ignorar que a gestão particular de cada área protegida encerra especificidades próprias decorrentes dos seus valores naturais, nas dimensões política, territorial, cultural, social e económica da sua sustentabilidade, para as quais as entidades que estão no território detêm, reconhecidamente, uma capacidade de mobilização e interação que a proximidade e conhecimento do território lhes confere.

Neste sentido, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, que aprovou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, veio prever, enquanto medida estruturante, a adoção de modelos de cogestão das áreas protegidas, incentivando o estabelecimento de parcerias com as entidades presentes no território. Institui -se, assim, o modelo de cogestão para as áreas protegidas de âmbito nacional, a partir do qual se pretende imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço da área protegida o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada em cada área

O Parque Natural do Tejo Internacional foi pioneiro na implementação da gestão colaborativa, através do desenvolvimento do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa. O processo teve início a 18 de abril de 2017 e desde então tem-se vindo a trabalhar de forma integrada, sendo o presente documento fruto de dezenas de reuniões efectuadas no território, quer com os parceiros do Projeto Piloto, quer com as populações, atores-chave e técnicos especialistas do território e fora dele. Pretende-se assim que este documento seja uma ferramenta para a valorização e a promoção da área protegida, assim como das zonas envolventes

à área protegida, sendo estas relevantes para o seu desenvolvimento sustentável, uma vez que nenhum aglomerado urbano faz parte do Parque Natural.

2. O Parque Natural do Tejo Internacional– Caracterização sumária

O PNTI, instituído pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto, com limites redefinidos pelos Decretos Regulamentares n.ºs 3/2004, de 12 de fevereiro, e 21/2006, de 27 de dezembro, localiza-se na Região Centro-Este de Portugal Continental, junto à fronteira com Espanha. Pertence à NUT III Beiras e Serra da Estrela, cobrindo uma superfície de 26.484 ha em território pertencente aos concelhos de Castelo Branco (nas freguesias de Castelo Branco, Malpica do Tejo, Monforte da Beira e na união de freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo), Idanha-a-Nova (na freguesia de Rosmaninhal e nas uniões de freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo e de Zebreira e Segura) e Vila Velha de Ródão (na freguesia de Perais), conforme se pode verificar na figura 1.

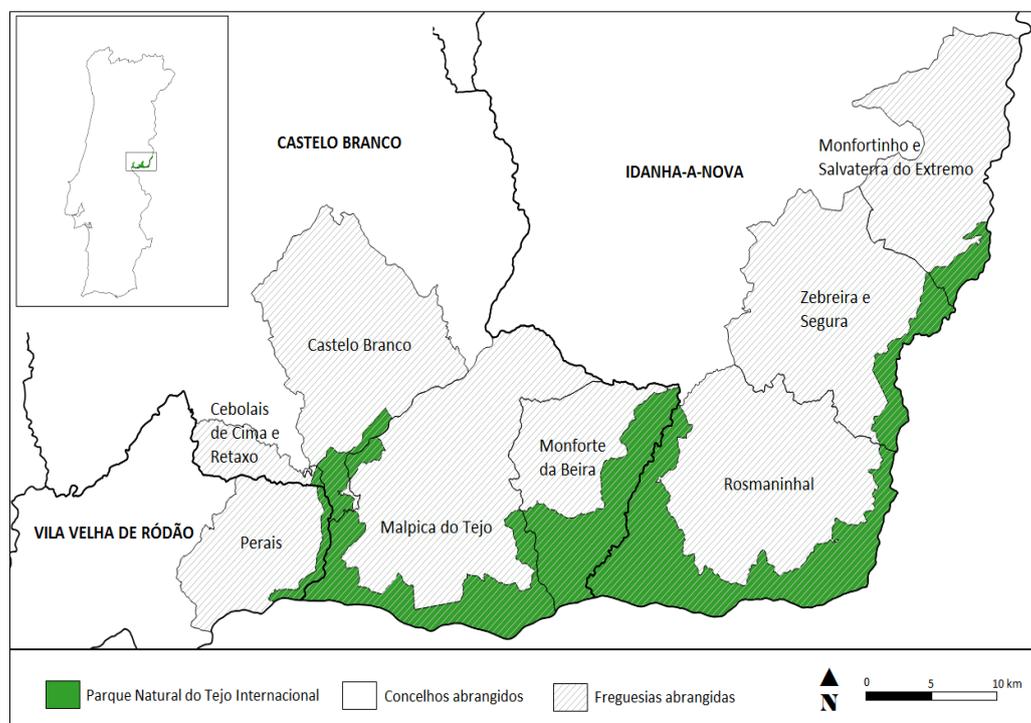


Figura 1- Mapa com os limites do PNTI (Fonte: IPCB).

Embora não exista nenhum aglomerado urbano na área do PNTI, verifica-se que, em alguns locais, o seu limite contorna algumas localidades, nomeadamente: Lentiscais, Monforte da Beira e Malpica do Tejo, no concelho de Castelo Branco; Cegonhas, Couto das Correias, Soalheiras, Rosmaninhal, Segura e Salvaterra do Extremo, no concelho de Idanha-a-Nova.

O Parque Natural abrange o vale do troço fronteiriço do rio Tejo, os vales confinantes dos rios Ponsul e Erges, e da ribeira de Aravil, bem como os seus afluentes, engloba ainda as áreas adjacentes aos vales principais, mais aplanadas.



Em termos de gestão do PNTI, os instrumentos orientadores têm sido o seu “Plano de Ordenamento” e suas respetivas alterações (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, alterado pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 67/2013, de 28 de outubro, e n.º 19/2014, de 10 de março). Atualmente as entidades tutelares então envolvidas num processo de recondução do Plano de Ordenamento para Programa Especial, determinado pelo novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, conforme o disposto no Despacho n.º 3582/2017 de 27 de abril.

O propósito da criação do PNTI centrou-se necessidade de promover a conservação de valores de relevante importância biológica, no sentido de assegurar condições de reprodução para espécies muito suscetíveis à perturbação, como sejam a cegonha-preta, o abutre do Egito, a águia de Bonelli, a águia-real, o grifo e o bufo-real, entre outras espécies.

Para além da conservação dos valores biológicos, evidenciam-se outros objetivos desta Área Protegida, conforme o art.º 3º do diploma que o criou:

- “- Apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico e o bem-estar das populações residentes, em harmonia com a conservação da natureza;
- Valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, arqueológico e etnológico da região, promovendo a sua divulgação e a educação ambiental;
- Ordenar e disciplinar as atividades turísticas e recreativas, de forma a evitar a degradação do património da região e a permitir o seu uso sustentável.”

No território do PNTI, além do estatuto de Parque natural, sobrepõem-se cumulativamente com:

- Estatuto da **ZPE do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (PTZPEOO42)**, classificada ao abrigo da Diretiva Aves;
- Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, assinado em 9 de maio de 2012 e aprovado por Portugal pelo Decreto n.º 9/2013, de 9 de maio, instituiu o **Parque Internacional Tejo-Tajo**, que, na parte portuguesa, assume os limites do PNTI;
- Rede Nacional das Reservas da Biosfera, criada no âmbito do Programa Man & Biosphere (MaB) da UNESCO;
- O PNTI integra, ainda, o **Geopark Naturtejo da Meseta Meridional**, criado em 2006,

Esta multiplicidade e diversidade de classificações é um bom indicador da relevância deste território, não só em termos de valores naturais, onde se identificam muitos *taxa* endémicos e/ou ameaçados a

nível local, nacional e internacional e uma grande diversidade de *habitats*, mas também ao nível de espécies de interesse económico e formas tradicionais de exploração dos recursos naturais.

O território classificado é um espaço de carácter marcadamente rural que apresenta importantes pontos fortes, valores e recursos que possibilitam um desenvolvimento sustentável na área, tais como: a existência de comunidades rurais ainda muito vinculadas à economia tradicional, uma grande riqueza paisagística e natural que se manteve quase intacta graças às práticas pouco intensivas do uso da terra, a existência de numerosos bens culturais e antropológicos suscetíveis de serem empregues como nova fonte de recursos sustentáveis, abundantes produtos tradicionais e amplas possibilidades de albergar iniciativas recreativas, educativas e produtivas respeitadoras do meio ambiente. Como exemplos podem citar-se a caça e o turismo de natureza, com diversas unidades hoteleiras instaladas para dar apoio a estas atividades, e a pesca profissional como única fonte de rendimento de algumas famílias.

A paisagem é, no geral, o resultado de uma relevante humanização, apesar de ser também relativamente diversificada, como resultado das características e da resposta que os recursos naturais foram dando ao longo deste longínquo processo de transformação. Atualmente apresenta diferentes estados de conservação, atendendo à interação entre as componentes ambientais e as humanas. É ainda relevante a presença de alguns locais de grande interesse geológico, considerados geomonumentos, nomeadamente o Canhão do Erges (ilustrado na figura 2), a Falha do Ponsul - com 300 milhões de anos e que se estende por 120 km, as Minas de Segura - onde foi explorado volfrâmio, estanho, cobre, chumbo bário e ouro.



Figura 2- Canhão do Erges (Segura).



Em termos de ocupação do solo destaca-se a elevada representatividade das áreas de floresta de azinheira e de eucalipto, representando estas duas classes mais de 50% da área do PNTI. O azinho domina, ao qual se podem ainda juntar os sistemas agroflorestais de azinheira, representando estas duas classes quase 40% do território.

O eucalipto possui uma expressão de cerca de 22% da área do PNTI, demonstrando a sua importância em termos de ocupação, mas principalmente identificando aqui um conjunto de áreas com potencial para a sua alteração para outros usos.

O sistema agropecuário é dominado pelas pastagens permanentes e áreas de vegetação herbácea natural, às quais se juntam as culturas de sequeiro e regadio e os olivais.

As Demografia

De acordo com os últimos Censos de 2011, a densidade populacional nos concelhos inseridos no PNTI é de 39 habitantes/km² em Castelo Branco, 6,9 habitantes/km² em Idanha-a-Nova e 10,7 habitantes/km² em Vila Velha de Ródão, como se pode verificar na tabela 1.

Tabela 1- População residente nos concelhos pertencentes ao PNTI (Fonte: Censos 2011, INE).

Concelho	Habitantes/ km ²	Freguesia	População em 2011
Castelo Branco	39	Castelo Branco	35.242 hab.
		Cebolais de Cima	1.026 hab.
		Malpica do Tejo	517 hab.
		Monforte da Beira	378 hab.
Idanha-a-Nova	6,9	Rosmaninhal	537 hab.
		Salvaterra do Extremo	170 hab.
		Segura	176 hab.
Vila Velha de Ródão	10,7	Perais	510 hab.
TOTAL			38.556 hab.

De referir que, com o abandono da atividade agrícola ou a transformação do uso do solo, aliados à atual situação da agricultura, são também os valores faunísticos e florísticos existentes que são ameaçados. Dada a natureza e importância desses valores e com o objetivo de os salvaguardar, em estreita cooperação com as populações residentes, no respeito pela propriedade privada, apoiando a agricultura e as atividades agro-pastoris tradicionais, colaborando no ordenamento cinegético e promovendo o desenvolvimento sustentado da região, justificou-se a criação do PNTI.

As circunstâncias demográficas existentes, associadas às atividades que a população residente ainda exerce, nomeadamente os sistemas agrícolas e agro-silvo-pastoris, em regimes de sequeiro extensivo, têm permitido a manutenção destes valores naturais.



Os Valores naturais de conservação

O PNTI é uma área de reconhecida importância em termos de conservação da natureza, nomeadamente pelos valores faunísticos que alberga e em que se destacam várias espécies estritamente protegidas por convenções internacionais, algumas das quais classificadas como espécies em perigo de extinção, outras com o estatuto de vulneráveis e outras ainda consideradas raras. Esta decorre da importância das aves que nidificam ao longo dos vales dos cursos de água e nas encostas escarpadas, destacando-se como espécies mais importantes a cegonha-preta *Ciconia nigra*, a águia-real *Aquila chrysaetos*, a águia-de-bonelli *Hieraetus fasciatus*, o britango *Neophron percnopterus*, o bufo-real *Bubo bubo*, o grifo *Gyps fulvus* e o chasco-preto *Oenanthe leucura*. É de referir que as aves rupícolas são especialmente vulneráveis em virtude de se encontrarem dependentes das áreas escarpadas para fazerem os seus ninhos. Estas aves nidificam atualmente nas zonas escarpadas dos rios Erges, Aravil, Tejo e, em menor número, no Ponsul.

O PNTI desempenha igualmente um papel muito importante na conservação de outras espécies associadas ao bosque mediterrânico, onde se destaca a águia-imperial *Aquila adalberti* e o abutre-preto *Aegypius monachus*. E, ainda, para algumas espécies tipicamente estepárias com elevado estatuto de conservação em Portugal, que frequentam as áreas abertas de planalto contíguas às encostas, sendo o único sítio em Portugal onde ainda se pode encontrar o cortiçol-de-barriga-branca *Pterocles alchata*.

Até ao momento foram inventariadas 179 espécies de aves no PNTI. Estão ainda identificadas 39 espécies de mamíferos, 17 espécies de répteis, 13 de anfíbios, 21 de peixes, mais de 300 espécies de insetos, das quais 189 são borboletas.

Os cursos de água que integram o PNTI desempenham ainda uma importante função como corredores ecológicos e habitat fundamental para a conservação dos valores da bacia hidrográfica, salientando-se a população de cumba *Barbus comizo*, ciprinídeo endémico da Península Ibérica e que apresenta uma distribuição global restrita às bacias do Tejo e Guadiana.

A comunidade herpetológica é muito extensa e representativa das regiões mediterrânicas. Para além de espécies muito comuns e amplamente distribuídas, conta com outras incluídas nos catálogos de espécies ameaçadas, tanto de Espanha como de Portugal, como são o caso do lagarto-d'água, do cágado-de-carapaça-estriada ou da rã-ibérica.

A maior diversidade de aves é observada nos corredores ripícolas (junto às margens dos rios e linhas de água), também nos olivais, nas formações de *Olea europaea subsp. europaea var. europaea* e nos matos e matagais (incluem-se nesta categoria os zambujais que são formações de oliveiras silvestres).



A presença de outros habitats que embora com diversidade de aves mais reduzida, são também estações importantes para espécies com elevado valor de conservação, suportam aves que nestes ocorrem quase exclusivamente.

Entre os mamíferos, destaca-se a presença da lontra, *Lutra lutra*, espécie mais facilmente observável. O gato-bravo, *Felis silvestris*, muito raramente avistado e o toirão, *Mustela putoris*, são espécies nocturnas que vivem nos habitats de vegetação arbustiva e florestal densa. Juntam-se a estas espécies a gineta, *Genetta genetta*, e o veado, *Cervus elaphus*, esta última considerada comum, mas apesar disso, sempre muito interessante de avistar pela impressividade das manadas ou isoladamente, na generalidade do PNTI.

No que diz respeito aos mamíferos insectívoros e roedores com estatuto de conservação desfavorável, destaca-se rato de Cabrera, *Microtus cabrera*, que é uma espécie com o estatuto de “Vulnerável” em Portugal, outras espécies como o rato-dos-pomares, *Eliomys quercinus*, o rato-de-água, *Arvicola sapidus*, apesar de considerado comum é classificado como “Quase Ameaçado”. O coelho-bravo, *Oryctolagus cuniculus*, é igualmente uma espécie ameaçada em Portugal constituindo uma peça chave dos ecossistemas mediterrânicos, por ser uma presa preferencial de muitos carnívoros. Continua a registar-se mortalidade desta espécie causada pela mixomatose e outras doenças de que é vítima. Tratando se também de uma espécie cinegética, está sujeita a uma significativa pressão quer através da predação, como da perda de habitat preferencial, parecendo, por isso, existir uma regressão das suas populações.

As áreas de maior riqueza específica de carnívoros, deverão corresponder a matagais mediterrânicos, áreas de coberto denso e zonas de vegetação ripícola (junto à água), que no PNTI se localizam maioritariamente em vales encaixados e escarpas.

Igualmente importantes são as zonas onde é praticada agricultura permanente ou temporária, e olivais que aparecem em geral associados a hortas. Estes habitats revelaram-se especialmente adequados para o caso específico da fuinha, *Martes foina*.

A fauna dos rios

Classificam-se 21 espécies de peixes dulciaquícolas distribuídos nos rios Erges, Ponsul, Tejo e ribeira do Aravil, das quais apenas dez são espécies autóctones. Salientam-se dois endemismos ibéricos: a cobra-de-pernas-pentadáctila, *Chalcides bedriagai*, e cobra-cega, *Blanus cinereus*. No PNTI ocorrem quatro espécies de répteis com estatuto de conservação desfavorável, aqui citadas por ordem decrescente desse estatuto: o *cágago-de-carapaça-estriada*, *Emys orbicularis*, a cobra-de-capuz, *Macropotodon brevis*, a lagartixa-do-mato-ibérica, *Psammotromus occidentalis* e a lagartixa-de-

dedos-denteados, *Acanthodactylus erythrurus*. O cágado-de-carapaça-estriada é classificado como espécie “Em Perigo”.

Formações vegetais dominantes

A série da azinheira ocupa uma área significativa do Parque, sendo, na área mais ocidental, imbricada com elementos da série do sobreiro. São frequentes os montados, geralmente de azinho, e olivais, sendo em termos de floresta de produção, mais abundantes os eucaliptais que ocupam uma área bastante significativa, essencialmente na metade ocidental do Parque e os pinhais com muito menor área de cobertura.

São também encontrados fragmentos de vegetação ripícola de diferentes tipos, com destaque para os frequentes tamujais e os raros amiais do Erges. A vegetação rupícola está bem representada devido à abundância de afloramentos rochosos e escarpas na área do Parque, especialmente nas encostas do vale do Tejo e do Erges.



Figura 8- Tamujal - Rio Erges



Habitats Protegidos

Na área do PNTI compreende 19 *habitats* naturais de interesse comunitário (Charcos temporários mediterrânicos; Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion*; Cursos de água mediterrânicos intermitentes da *Paspalo-Agrostidion*; Urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais; Matagais arborescentes de *Juniperus oxycedrus*; Piornais de *Retama sphaerocarpa*; Medronhais: Carrascais, espargueirais e matagais afins acidófilos; Matos rasteiros de leitos de cheias rochosos de grandes rios; Malhadais; Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas; Montados de *Quercus* spp. de folha perene; Afloramentos rochosos siliciosos com comunidades casmofíticas; Comunidades derivadas de *Sedum sediforme* ou *Sedum álbum*; Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia* subsp. *Angustifolia*; Salgueirais arbustivos de *Salix salviifolia* subsp. *Salviifolia*; Matagais de *Flueggea tinctoria* associados a leitos de estiagem inundados no Inverno; Bosques de *Quercus rotundifolia* sobre silicatos)

A cobertura arbórea natural desta região é predominantemente constituída por *Quercus rotundifolia* (azinheira) nas zonas médias e altas, bem como por *Fraxinus angustifolia* subsp. *angustifolia* (freixo), *Salix* spp. (salgueiros), *Flueggea tinctoria* (tamujo) e pelo mais raro *Alnus glutinosa* (amieiro) nas zonas ripícolas. Dada a intervenção antrópica, estão também presentes manchas arbóreas geridas, como os olivais, os eucaliptais e pinhais, assim como montados de azinho (predominantemente) e de sobreiro.

O coberto arbustivo apresenta alguma diversidade, sendo bastante frequentes espécies como *Cistus ladanifer* subsp. *ladanifer* (esteva), *Olea europaea* subsp. *europaea* var. *sylvestris* (zambujeiro), *Cytisus multiflorus* (giesta-branca), *Cytisus striatus* (giesta-amarela), *Retama sphaerocarpa* (piorno), *Rhamnus alaternos* subsp. *alaternos* (aderno), *Rhamnus oleoides* ssp. *oleoides* (espinheiro-preto), *Pistacia lentiscus* (aroeira), *Pistacia terebinthus* (cornalheira), *Phillyrea angustifolia* (lentisco), *Phillyrea latifolia* (aderno-de-folhas-largas), *Quercus coccifera* (carrasco), *Lavandula pedunculata* (rosmaninho), *Lavandula stoechas* subsp. *luisieri* (rosmaninho), *Daphne gnidium* (trovisco), *Genista hirsuta* (tojo-do-sul), *Erica* spp. (urzes), *Helichrysum stoechas* subsp. *stoechas* (perpétuas), *Cistus* spp., *Rosmarinus officinalis* (alecrim). Embora menos frequente, pois restrita a condições mais particulares, é de salientar também a presença de espécies como *Viburnum tinus* (folhado), *Arbutus unedo* (medronheiro), *Pyrus bourgaeana* (pereira-brava), *Crataegus monogyna* (pilriteiro), *Juniperus oxycedrus* subsp. *oxycedrus* (zimbro) e *Flueggea tinctoria* (tamujo), esta última somente junto às zonas ribeirinhas.



As espécies vulneráveis

No território do PNTI é conhecida a presença de espécies de flora vascular com interesse conservacionista, quer por serem consideradas espécies RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção) em território nacional, quer por se tratarem de espécies com estatuto de proteção ao abrigo da legislação em vigor. São vários os endemismos ibéricos com uma distribuição restrita na área do PNTI :

- *Allium pruinaum* Link ex Spreng.
- *Antirrhinum graniticum* Rothm.
- *Asphodelus aestivus* Brot.
- *Centaurea langei* Nyman subsp. *couthoi* (Franco) E. López, Devesa & Arnelas
- *Centaurea nigra* L. subsp. *rivularis* (Brot.) Cout.
- *Conopodium subcarneum* (Boiss. & Reut.) Boiss. & Reut
- *Dipsacus comosus* Hoffmanns. & Link
- *Dittrichia viscosa* (L.) Greuter subsp. *revoluta* (Hoffmanns. & Link) P.Silva & Tutin
- *Echium lusitanicum* L.
- *Festuca duriotagana* Franco & Rocha Afonso var. *duriotagana* (*Festuca duriotagana* Franco & Rocha Afonso)
- *Narcissus triandrus* L. subsp. *pallidulus* (Graells) Rivas Goday (*Narcissus triandrus* L.)
- *Ortegia hispanica* Loefl. ex L.
- *Pistorinia hispanica* (L.) DC.
- *Pterocephalidium diandrum* (Lag.) G. López
- *Quercus faginea* Lam. subsp. *Faginea*

Património construído

A complementar os valores naturais do PNTI contamos com um considerável património arquitetónico e arqueológico, em cada um dos conselhos que o compõem, tantos nos aglomerados rurais como nos aglomerados urbanos circundantes, os quais pelas suas características contribuem para a atratividade de vista ao Parque. No ambiente rural destaca-se essencialmente as azenhas e os moinhos de água, os montes e arraiais, as furdas ou malhadas e outras construções tradicionais, dispersas na proximidade dos povoados, correspondem ao legado dos sistemas agropecuários tradicionais.



3. Antecedentes e pressupostos para a ação

3.1. Historial do Projeto Piloto

O Parque Natural do Tejo Internacional foi pioneiro na implementação da gestão colaborativa, através da implementação do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa. Este processo teve início a 18 de abril de 2017 através da formalização do Protocolo de Colaboração e que reuniu a autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade e os três municípios abrangidos pela área do Parque, bem como uma instituição de ensino superior, uma associação empresarial e uma organização não-governamental de ambiente com intervenção naquele território, num modelo de gestão participativo e colaborativo. Assim, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), os Municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), a Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB) e a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza estão desde abril de 2017 a trabalhar em conjunto, no sentido de reafirmar o PNTI, protegendo os seus valores e desencadeando os processos de promoção e aproveitamento dos recursos territoriais através de uma gestão de proximidade.

3.1.1. Os objectivos do Projeto Piloto

Os objetivos do Projeto Piloto estão devidamente descritos e elencados no Protocolo de Colaboração de 18 de abril de 2017.

Deste modo, “o Projeto Piloto tem como propósito estabelecer e consolidar um modelo de gestão participativo, colaborativo e articulado no PNTI, assim como instituir um fórum perene de concertação de estratégias na gestão do referido Parque Natural.

Visa a promoção integral desta Área Protegida, no respeito pela disciplina inerente à sua integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas, pretende atuar, em particular, em duas grandes dimensões na sua gestão, isto é:

- *a criação de uma dinâmica partilhada de valorização da Área Protegida, incidindo nos seus valores naturais e socioculturais e*
- *a implementação de procedimentos concertados que visem a salvaguarda dos valores naturais, melhorando a eficiência das interações entre o ICNF, os Municípios e demais autoridades competentes da administração em razão da matéria, no respeito das suas atribuições específicas, assegurando um melhor desempenho e articulação na resposta às*



solicitações da sociedade e numa relação de maior proximidade aos cidadãos e demais entidades.

Por seu turno, as ações a desenvolver no âmbito do Projeto Piloto estão sistematizadas em três domínios:

a) Domínio Transversal

- i. Diagnosticar e concertar as ações que visam dirimir aspetos críticos para a Gestão do PNTI;*
- ii. Acompanhar a elaboração do Plano Especial do PNTI;*
- iii. Aprofundar modelos de gestão participativa e colaborativa para o PNTI.*

b) Domínio da Promoção

- i. Articular as ações a incidir no PNTI tendo por Base os Planos de Atividades dos Outorgantes;*
- ii. Preparar um Plano de Valorização com horizonte de longo prazo para o PNTI, integrando medidas de gestão da Reserva da Biosfera e do Parque Internacional Tejo-Tajo;*

c) Domínio da Melhoria da Articulação Inter-serviços

- i. Identificar mecanismos de articulação entre os serviços, na tramitação de processos de licenciamento e autorização;*
- ii. Criar normas, guias e códigos de boas práticas.”*

Pretendeu-se com este Projeto, através de um processo aberto e de concertação com os outorgantes do Protocolo mas também com os atores locais mais relevantes, propor um modelo de gestão participativo do PNTI que assegurasse a valorização da área protegida e a salvaguarda dos valores naturais que estão na base da sua classificação. Este modelo teve que ter em conta uma relação de maior proximidade aos cidadãos e demais entidades públicas e privadas. Em dezembro de 2017 foi definido pelos parceiros do Projeto Piloto que o principal objetivo do Projeto Piloto para 2018 é criar condições para aumentar a aproximação da comunidade local ao PNTI.

Com este Projeto Piloto pretendeu-se essencialmente testar um novo modelo de cogestão, onde todos os gestores envolvidos estiveram mais próximos do território e do contexto real, permitindo tirar as necessárias ilações sobre o processo experimentado. Procurou-se, assim, encontrar as respostas mais adequadas para a gestão das Áreas Protegidas, tendo por base um modelo de gestão participativa, no sentido de compatibilizar a atividade humana com a preservação dos valores naturais (biológico e geológico) e culturais (arqueológico, arquitectónico e etnográfico) existentes no



PNTI, no reforço da identidade da população aí residente com o mesmo e no estímulo do sentido de pertença.

Pretendeu-se ainda que esta nova forma de gestão, colaborativa, participativa e de maior proximidade, pudesse ser facilmente adaptada a outras Áreas Protegidas, procedendo-se às adaptações necessárias, dependendo da tipologia e especificidade própria de cada território classificado. A natureza e a realidade geobiofísica de cada parcela da Rede Nacional de Áreas Protegidas não permite que o mesmo modelo seja aplicado em diferentes Áreas Protegidas, sob pena de, em pouco tempo, se vir demonstrar errado aquilo que se tinha como certo.

3.1.2. O que foi feito entre 2017 e 2019

Março de 2017

- Durante a 1ª reunião do Conselho de Gestão é **designado o presidente e o vice-presidente do Conselho de Gestão e da Direção do Projeto Piloto**. É definida a seguinte constituição dos “grupos de missão”:

a) Conselho de Gestão

- | | |
|---|-------------|
| 1. Município de Vila Velha de Ródão - presidente; | 4. ICNF; |
| 2. Município de Idanha-a-Nova - vice-presidente; | 5. AEBB; |
| 3. Município de Castelo Branco; | 6. IPCB; |
| | 7. Quercus. |

c) Direção Técnica

Nunca foi formalizada a respetiva constituição.

b) Direção

1. Município de Vila Velha de Ródão - presidente;
2. ICNF;
3. Quercus.

- É aprovada a primeira **lista de parceiros** do Projeto Piloto com as entidades que compõem o Conselho Estratégico do PNTI. Ficam por identificar os responsáveis com efetiva representatividade nas seguintes áreas: caça, pesca, agricultura, apicultura e floresta.



- É referida a necessidade de **contratação de um secretário executivo**, que conheça bem o território e que organize e prepare a logística da informação para que em cada reunião haja um resultado mais prático ao nível de decisões.

Abril de 2017

- É assinado o **Protocolo de Colaboração** entre as 7 entidades que constituem o Conselho de Gestão (Anexo 1).

Maio de 2017

- É realizada a 1ª reunião da Direção e é proposto, pelo presidente da Direção, a indicação de um **interlocutor técnico** por cada uma das 7 entidades que constituem o Conselho de Gestão.
- É sugerida a identificação dos parceiros do Projeto Piloto e proceder à sua **auscultação quanto aos constrangimentos e potencialidades** que possam associar à existência do Parque Natural do Tejo Internacional. Fez-se uma **inventariação dos potenciais parceiros** tendo-se obtido o seguinte registo:
 - Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia com área no PNTI;
 - Membros do Conselho Estratégico do PNTI;
 - Estabelecimentos com oferta de alojamento (em todos os concelhos da área do PNTI);
 - Estabelecimentos com oferta de restauração (em todas as freguesias da área do PNTI);
 - Associações de caçadores (ANPC / Federação de Caça e Pesca da Beira Interior / Fençaça);
 - Pescadores que exerçam a sua ação na área do PNTI;
 - Associações representativas de atividades ligadas ao setor primário (CAP/AJAP/Ovibeira /Meltagus);
 - Cinco grandes proprietários com área no PNTI;
 - Cinco pequenos proprietários (por concelho).

Novembro de 2017

- Em sede de reunião do Conselho de Gestão é **selecionada uma técnica**, proposta pelos três Municípios, para prestar **assessoria especializada ao Projeto Piloto**.



Dezembro de 2017

- É definido como **principal objetivo do Projeto Piloto para 2018**: criar condições para aumentar a aproximação da comunidade local ao PNTI.

Janeiro de 2018

- É iniciado o trabalho de **coordenação e assessoria técnica ao Projeto Piloto**, com o objetivo dotar a Direção e o Conselho de Gestão do Projeto Piloto com o apoio técnico e operacional dedicado em exclusividade à concretização do Plano de Ação do Protocolo de Colaboração, com o apoio com os recursos técnicos que os subscritores do referido Protocolo afetaram ao Projeto Piloto.
- São definidos a Missão, a Visão, os Valores e os Eixos Estratégicos do Plano de Valorização do Projeto Piloto em reunião do Conselho de Gestão. Em matéria de constituição dos “grupos de missão” (Anexos 2 e 3) é de referir o seguinte:
 - a) **Conselho de Gestão**
Mantém-se a constituição inicial durante o ano de 2018.
 - b) **Direção**
Mantém-se a constituição inicial durante o ano de 2018.
 - c) **Grupos de Trabalho**
É criado o **Grupo de trabalho da Conservação da Natureza e Gestão Cinegética**, do qual fazem parte as seguintes entidades:
 1. Município de Idanha-a-Nova, entidade coordenadora;
 2. Quercus;
 3. ICNF.
- É concluído o processo de definição dos **interlocutores técnicos**, que teve início em maio de 2017, para cada uma das 7 entidades signatárias do Protocolo de Colaboração.

Fevereiro de 2018

- É aprovada uma nova lista de parceiros, denominada de *Listagem de Atores-Chave* (Anexo 4), organizada por sectores de atividade, na qual se incluíram:
 - a) *Presidentes das juntas/uniões de freguesia da área de influência do PNTI,*
 - b) *Membros do Conselho Estratégico do PNTI,*
 - c) *Unidades de alojamento dos concelhos pertencentes ao PNTI,*



- d) *Unidades de restauração das freguesias da área de influência do PNTI,*
 - e) *Grandes proprietários agrícolas do PNTI,*
 - f) *Empresas de animação e associações que desenvolvam actividades turísticas na área do PNTI,*
 - g) *Entidades do sector do turismo,*
 - h) *Associações do ramo cinegético, do sector primário, culturais e de ambiente dos concelhos pertencentes ao PNTI.*
- É realizado o inquérito de levantamento de opinião do PNTI (entre fevereiro e março de 2018) para aferir a sensibilidade da população relativamente à perceção da influência do Parque Natural nas suas atividades, bem como identificar constrangimentos e sugestões de melhoria, bem como recolher sugestões e contributos para a elaboração do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 (Anexo 5).
- É aprovado, em reunião do Conselho de Gestão, o Plano de Atuação para 2018.

Março de 2018

- É aprovada, pelo Conselho de Gestão, uma **proposta de Plano Valorização do PNTI para o período de 2018-2022**. Esta proposta, trabalhada ao longo das reuniões da Direção e do Conselho de Gestão do Projeto Piloto, tem em consideração os resultados do inquérito de levantamento de opinião do PNTI, assim como a informação recolhida durante as reuniões tidas com os Presidentes de Junta e a população das aldeias situadas na área de influência do PNTI.

Abril de 2018

- É realizada a **Consulta Pública** (de 5 a 30 de abril) da **proposta de Plano Valorização do PNTI 2018-2022**. O documento, acompanhado por uma nota enquadradora, é disponibilizado nos *websites* dos três Municípios, do ICNF, da AEBC, do IPCB e da Quercus. Foi igualmente disponibilizada, em formato papel, nas Juntas de Freguesia (JF) e Uniões de Freguesia (UF) da área de influência do PNTI: JF Castelo Branco, UF Cebolais de Cima e Retaxo, JF Malpica do Tejo, JF Monforte da Beira, UF Monfortinho e Salvaterra do Extremo, JF Perais, JF Rosmaninhal e UF Zebreira e Segura, onde pôde ser consultada durante o horário de expediente das respetivas instituições.



- Decorre a celebração do **1º Aniversário do Projeto Piloto** e a sessão de **apresentação pública da proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022** (19 de abril), na freguesia de Perais, em Vila Velha de Rodão, que conta com a presença do Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, e da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Célia Ramos, bem como mais de 80 participantes.

Maio de 2018

- Decorre a primeira **visita técnica** (de 15 a 18 de maio), ao território do PNTI, de dois peritos da **Federação EUROPARC**: Paulo Castro (Portugal) e Erika Stanciu (Roménia), com larga experiência em gestão de Áreas Protegidas, modelos de governança e metodologias participativas, com o objetivo de conhecer a realidade do território, o contexto institucional e contactar de perto com os parceiros e atores locais. Esta visita envolveu um conjunto de treze reuniões com os diferentes os parceiros do Projeto Piloto e diversos atores-chave do território do PNTI: autoridades locais, população local, proprietários e agricultores, associações, gestores florestais, associações de caça e pesca, entre outros. No final da visita houve uma reunião de trabalho com os interlocutores do Projeto Piloto durante a qual foi estabelecida uma proposta metodológica de trabalho.

Junho de 2018

- É analisada e validada pelo Conselho de Gestão, a proposta metodológica discutida com os peritos da Federação EUROPARC na sequência da visita realizada em maio. A proposta metodológica inclui:
 - a) definição de uma metodologia participativa através de:
 - constituição de um **Grupo Operacional do Projeto Piloto**, do qual fazem parte os interlocutores técnicos das entidades do Conselho de Gestão do Projeto Piloto;
 - desenvolvimento de um conjunto de workshops e reuniões de trabalho com os parceiros;
 - sugestão das áreas temáticas mais importantes a debater nos workshops;
 - b) calendarização dos workshops e seu enquadramento na sequência de ações previstas com a Federação EUROPARC.



Julho de 2018

- É realizado um **inquérito de avaliação da qualidade da visita ao PNTI** (entre julho e outubro de 2018), com o objetivo de avaliar a qualidade das visitas realizadas ao PNTI, bem como os constrangimentos e sugestões de melhoria que se possam identificar, que é disponibilizado nos *websites* dos Municípios de [Castelo Branco](#), [Idanha-a-Nova](#) e [Vila Velha de Ródão](#), [ICNF](#) e da [Quercus](#), e que pode ser respondido por qualquer turista ou visitante do PNTI.

Agosto de 2018

- É concluído o **relatório de ponderação da Consulta Pública** da proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 (Anexo 6).

Setembro de 2018

- Após o pedido de adesão aos órgãos de gestão do Projeto Piloto por parte da AFLOBEI, decidiu-se manter a estrutura original do Conselho de Gestão até ao próximo mandato. É decidido que a entrada de novos parceiros será debatida antes do início do próximo mandato.
- Foram assinados os protocolos de colaboração técnico-financeira entre o Fundo Ambiental e o IPCB para o projeto “Promover e Valorizar o PNTI” (Anexo 7) e com a Quercus para o projeto “Compatibilizar a Gestão Cinegética com a Conservação da Natureza” (Anexo 8).

Outubro de 2018

- Durante uma reunião com o Grupo Operacional do Projeto Piloto, constituído pelos interlocutores técnicos de cada uma das 7 entidades, são criados mais 2 grupos de trabalho, além do já existente: **grupo de trabalho do Património** e **grupo de trabalho do Turismo**. Para cada um dos grupos de trabalho foi definido um coordenador e um relator.

	Património	Turismo	Cinegética*
Coordenador	Município de Vila Velha de Ródão	AEBB	Município de Idanha-a-Nova
Relator	IPCB	Município de Castelo Branco	Quercus

*Conservação da Natureza e Gestão Cinegética

- É concluída a **versão final do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022**, no qual consta o Plano de Atuação para o mesmo período de tempo e que integra 20 medidas de ação distribuídas por 4 eixos estratégicos (1 - Comunicação, criação e promoção de identidade; 2 – Conservação da



natureza e adaptação às alterações climáticas; 3 – Desenvolvimento sustentável e valorização do território; 4 – Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave). Neste documento são também identificadas as medidas prioritárias para 2018.

- Para dar seguimento ao disposto no Despacho n.º 4237/2018, de 26 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 81/2018, Série II, de 26 de abril que determina as ações do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI que devem ser apoiadas pelo FUNDO em 2018, até ao montante de 300.000 euros, são **iniciados dois 2 projetos**: “Promoção e Valorização do PNTI”, a executar pelo IPCB, e “Compatibilizar a Gestão Cinegética e a Conservação da Natureza”, a executar pela Quercus. A assinatura dos respectivos protocolos com o Fundo Ambiental decorre em Malpica do Tejo, em 26 de setembro.

Novembro de 2018

- É realizada uma **visita técnica ao Hoge Kempen National Park** (19 e 20 de novembro), por uma comitiva composta por representantes de 4 das 7 entidades que compõem o Conselho de Gestão (Municípios de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, ICNF e Quercus) e acompanhada por um perito da Federação EUROPARC, Paulo Castro (Portugal). O local desta visita foi escolhido por se tratar do primeiro e único parque nacional na Bélgica que foi criado por iniciativa local e que tem por base de gestão uma parceria entre a autoridade nacional de conservação de natureza e uma associação privada sem fins lucrativos.
- É realizada a 1ª Sessão Participativa do Projeto Piloto (28 de novembro), que conta com a presença da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Célia Ramos, e com 60 participantes na sessão plenária e 40 participantes nas sessões de trabalho das mesas temáticas, tendo como objetivo identificar e validar os principais desafios do território no que respeita a cada uma das áreas temáticas em discussão, mais especificamente: Património, Turismo e Cinegética.

Dezembro de 2018

- É realizada a **segunda visita técnica** (de 12 a 14 de dezembro) de dois peritos **da Federação EUROPARC**, Paulo Castro (Portugal) e Eric Baird (Escócia), este último com experiência na criação do Parque Nacional de Cairngorms, tendo participado dos seus órgãos colegiais e na gestão de conflitos em áreas protegidas. São realizadas:



- seis reuniões, três delas temáticas, uma por cada um dos temas definidos previamente e trabalhados durante a 1ª Sessão Plenária: Património, Turismo e Cinegética;
- duas reuniões plenárias com a equipa de interlocutores do Projeto Piloto;
- uma com o presidente do Conselho de Gestão.

Janeiro de 2019

- É realizada a **2ª Sessão Participativa** do Projeto Piloto (16 de janeiro), que conta com 50 participantes na sessão plenária e nas sessões de trabalho das mesas temáticas, tendo como objetivo identificar, discutir e validar as possíveis soluções para os principais desafios identificados na 1ª Sessão Participativa para cada um dos 3 grupos de trabalho: Património, Turismo e Cinegética.
- É aprovado, em reunião do Conselho de Gestão, o **Plano de Atuação para 2019**.

Fevereiro de 2019

- É realizada uma **visita técnica ao território do PNTI** (25 e 26 de fevereiro), no sentido de se fixarem e validarem os pontos de interesse desta Área Protegida, em que participaram:
 - os técnicos do IPCB envolvidos no projeto “Promover e Valorizar o PNTI”;
 - o Chefe de Divisão do Gabinete de Valorização de Áreas Classificadas e Comunicação, do ICNF, Dr. João Carlos Farinha;
 - os interlocutores dos Municípios (com exceção do técnico do Município de Castelo Branco, que, por motivos de saúde, não pôde estar presente), do ICNF e da Quercus;
 - os presidentes de algumas das Juntas e Uniões de Freguesias adjacentes ao PNTI (Perais, Salvaterra do Extremo e Rosmaninhal);
 - a Assessora e Coordenadora Técnica do Projeto Piloto.

Março de 2019

- É criado o **grupo de trabalho dos Recursos Hídricos e Comunidades Locais** (6 de março), no seguimento da participação e intervenção da Associação Mar Doce, aquando da 2ª Sessão Participativa, que funcione como plataforma mais alargada para a discussão das problemáticas associadas ao recurso água, enquanto recurso a proteger e a valorizar. Este grupo de trabalho é desafiado a reunir já na 3ª Sessão Participativa.

- É realizada a **3ª Sessão Participativa** do Projeto Piloto (19 de março), que conta com a presença da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Célia Ramos, e com 60 participantes na sessão plenária e na sessão de trabalhos das mesas temáticas, tendo como objetivo a operacionalização das soluções identificadas na 2ª Sessão Participativa para cada um dos 3 grupos de trabalho: Património, Turismo e Cienética. O grupo de trabalho do Património e do Turismo é fundido num só e o grupo de trabalho dos Recursos Hídricos e Comunidades Locais é denominado de **grupo de trabalho dos Rios e Comunidades**.

Abril de 2019

Elaborou-se a Reflexão sobre o Modelo de Gestão Colaborativa: O caso do Parque Natural do Tejo Internacional, um documento que pretende sintetizar o percurso do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional e as aprendizagens obtidas ao longo de dois anos de trabalho.

Mai de 2019

No dia **24 de maio**, os parceiros do Projeto Piloto divulgaram nos seus sites e redes sociais o Dia Europeu de Parques Naturais, tal como ilustra a foto abaixo.



Figura 1- Imagem da divulgação relativa ao dia Europeu de Parques Naturais, difundida pelos parceiros do projeto



Junho de 2019

No dia 19 de junho decorreu a **celebração do 2º aniversário do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI)**, no Centro de Interpretação da Biodiversidade, em Segura, no concelho de Idanha-a-Nova, que contou com a presença do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, e da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Célia Ramos (Figura 7).

Durante o evento foram apresentados os resultados de dois projetos iniciados em 2018, que surgem da concretização do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, destacando-se:

- A entrega simbólica ao Sr. Ministro e à Sra. Secretária de Estado o 1º *merchandising* relativo ao projeto *Promover e Valorizar o PNTI*, em execução pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco, foi inaugurada a rota circular do Tejo Internacional e dos painéis informativos já colocados no terreno.
- A entrega das chaves da nova viatura do Sistema de Alimentação de Aves Necrófagas do Tejo Internacional (SAANTI) no âmbito do projeto *Compatibilizar a Gestão Cinegética com a Conservação da Natureza* da responsabilidade da Quercus.

Foi ainda feito um balanço dos primeiros dois anos de trabalho colaborativo desenvolvido neste território e apresentado o relato final da avaliação externa do modelo de gestão implementado no âmbito deste Projeto Piloto, por peritos da Fundação EUROPARC, concluída em maio de 2019. O evento terminou com a apresentação de um vídeo sobre o PNTI com imagens exclusivas, recolhidas ao longo dos últimos meses no território desta área protegida.



Figura 23- Foto com parceiros durante 2º Aniversário do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI

Agosto de 2019

O Parque Natural do Tejo Internacional celebrou no passado dia 19 de agosto o 19º aniversário da sua criação, que decorreu no Núcleo Museológico “O Contrabando”, em Perais, município de Vila Velha de Rodão, e contou com a presença da Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, Célia Ramos.

Foi apresentado o trabalho desenvolvido pelo projeto-piloto de gestão colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional, bem como os dois projetos em curso:

“Promover e valorizar o PNTI” e “Compatibilizar a gestão cinegética com a conservação da natureza”.

Setembro de 2019

No passado dia 12 de Setembro decorreu uma reunião com o Turismo de Portugal, em Lisboa, para apresentação dos projetos que estão a ser desenvolvidos no PNTI no âmbito do Projeto Piloto. Foram apresentados os produtos resultantes do projeto *Promover e Valorizar o PNTI* e marcou-se uma reunião técnica no terreno com a equipa de apoio ao Interior, constituída pelo Arq. Fernando Teixeira e o Dr. Luís Coito.

Reunião com o responsável do turismo do município de Vila Velha de Ródão, durante a qual foi solicitada uma ação de sensibilização, sobre o Projeto Piloto e os principais valores do PNTI, junto dos técnicos de turismo deste município. Esta ação decorreu, no dia 27 de Setembro, na Casa de Artes e Cultura do Tejo, e teve a participação de 6 técnicos do município. Foram igualmente solicitadas



reuniões com os responsáveis do turismo dos municípios de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, não havendo até ao momento qualquer resposta.

Entre os dias 17 de Setembro e 2 de outubro decorreu a segunda temporada dos censos de veado, que contou com a participação de 16 observadores, tendo sido observados 606 animais e percorridos 27 transectos perfazendo um total de 978km.

Outubro de 2019

Decorreram as Sessões Participativas Locais nas aldeias dos municípios de Idanha-a-Nova (Salvaterra do Extremo, Segura e Rosmaninhal) e Vila Velha de Ródão (Perais).

Novembro de 2019

Decorreram as Sessões Participativas Locais nas aldeias dos municípios de Castelo Branco (Malpica do Tejo, Monforte da Beira e Lentiscais).

Revisão do Plano de Valorização 2018-2022.

Foi elaborado o relatório das Sessões Participativas Locais (Anexo 9).

Dezembro de 2019

Foi elaborado o Memorando com as Medidas a adotar tendentes à melhoria de práticas e procedimentos na gestão do PNTI (Anexo 10) e o relatório do inquérito de avaliação da visita ao PNTI (Anexo 11).

3.2. Envolvimento da população e dos atores chave

3.2.1. Os atores chave

Os atores chave no território afeto ao PNTI foram identificados ao longo das reuniões da Direção e do Conselho de Gestão.

Além dos membros do Conselho Estratégico do PNTI, definidos no Despacho n.º 6086/2015, de 4 de junho, e dos presidentes das juntas de freguesias que integram este território, os restantes atores chave foram organizados por área setorial: restauração, hotelaria, cinegética, grandes proprietários, associações do setor primário, operadores turísticos, associações culturais e ambientais. Foram também identificadas “outras entidades”, que não encaixam em nenhuma das categorias atrás mencionadas, nomeadamente o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da GNR (SEPNA), a



Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), Paróquias, inúmeras associações do setor turístico, entre outras.

Deste modo, elaborou-se uma listagem com todos os atores chave, que constituem importantes parceiros para a avaliação e a execução do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022. A listagem de atores-chave é dinâmica e pode ser alterada anualmente.

3.2.2. Formas de participação

a) Inquérito de opinião

Em reunião de Direção, decidiu-se desenvolver um inquérito aberto a todas os cidadãos, com mais de 18 anos, residentes nos três concelhos de abrangência do PNTI e/ou que conhecem o Parque Natural e/ou que exerçam a sua atividade neste território.

Deste modo, entre fevereiro e março de 2018 esteve em curso um inquérito de opinião sobre o PNTI, que esteve disponível nos sítios da Internet dos três municípios que o integram (Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão) e também nos sítios do ICNF, do IPCB, da Quercus e da AEBB.

Este inquérito pretendeu aferir a sensibilidade da população relativamente à perceção da influência do Parque Natural nas suas atividades, bem como identificar constrangimentos e sugestões de melhoria. Teve ainda como objetivo recolher sugestões e contributos para a construção do Plano de Valorização do PNTI para o período entre 2018-2022.

Principais ilações a retirar do inquérito

Do exposto no ponto anterior, destacam-se as principais questões identificadas pelos respondentes ao inquérito realizado:

- A inadequação da sinalização/sinalética do PNTI como um dos aspetos claramente assinalados, assim como a falta de divulgação das atividades realizadas no PNTI e a insuficiente divulgação regional;
- A adequação ao nível da identificação dos locais de interesse do PNTI;
- A perceção dual quanto ao contributo do PNTI em termos da conservação dos seus valores naturais – estremando entre fraco e forte contributo;
- A atribuição de fraco contributo do PNTI ao nível da valorização do território, da criação de riqueza e da dinamização do turismo;



- As principais propostas de melhoria relacionadas com: divulgação, promoção e marketing territorial; implementação de percursos pedestres; melhoria da sinalética do PNTI;
- Os principais constrangimentos no PNTI identificados referentes a: limitação à navegação e à pesca; fraca informação sobre as restrições implícitas/decorrentes do Plano de Ordenamento do PNTI; fraca divulgação, informação e sinalética.

Considera-se que, estando algumas questões inequivocamente identificadas, das mesmas deverão retirar-se ilações com vista à definição de áreas em que será necessário atuar, ou seja, ao nível da promoção do PNTI, da melhoria da sinalética do PNTI e da divulgação das atividades realizadas no PNTI. Eventualmente a aposta na sensibilização e na capacitação dos atores chave para os valores que um território como o PNTI encerra, muito para além dos valores naturais, nomeadamente sociais e económicos, permitirá trabalhar a perceção atual que os mesmos possuem sobre os contributos desta Área Protegida em vários domínios.

b) Reuniões de auscultação à população- Sessões Participativas Locais

Nos meses de fevereiro e março de 2018 e nos meses de outubro e novembro de 2019 decorreram reuniões em 6 das aldeias com território no PNTI, (Perais, Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Rosmaninhal, Segura e Salvaterra do Extremo). Estas reuniões contaram com a participação de 177 pessoas e foi fundamental o envolvimento dos presidentes de junta. As reuniões de 2018 tiveram como objectivo dar a conhecer o Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI, auscultar a população sobre os principais problemas relativos ao PNTI, e quais as possíveis soluções, e ainda que actividades gostariam de ver desenvolvidas na área do Parque.

As reuniões de 2019 decorreram durante os meses de outubro e novembro, o relatório com as suas conclusões está a ser redigido e espera-se ter o documento concluído até ao dia 11 de dezembro. Estes encontros foram dirigidos sobretudo aos presidentes de junta, pessoas que desenvolvem atividade na área do PNTI nos seguintes sectores: restauração, alojamento, cinegética, pecuária, operadores turísticos e a todos os interessados.

Com a elaboração destas Sessões Participativas Locais pretendeu-se divulgar as actividades já desenvolvidas desde a implementação do Projeto Piloto, assim como identificar os constrangimentos e sugestões de melhoria que possam ser identificados durante cada sessão.

Durante cada uma das reuniões foi inicialmente apresentado o resultado das ações implementadas pelo Projeto Piloto, tendo sido apresentado o vídeo elaborado no âmbito do projeto do Instituto Politécnico de Castelo Branco *Promover e Valorizar o PNTI*. Na segunda parte da reunião, os



participantes foram convidados a partilhar quais as dúvidas frequentes relativamente à realização de actividades dentro do Parque e a identificar quais os principais desafios, do seu ponto de vista. Foi pedido aos participantes que, para cada desafio, refletissem sobre qual a possível solução e a forma de a implementar (informação que nem sempre foi possível de obter).

Pretende-se que estas Sessões Participativas Locais sejam organizadas no território anualmente, recorrendo-se à colaboração das Juntas/Uniões de Freguesia das aldeias adjacentes ao território do PNTI e às associações.

Comparativamente às reuniões que decorreram em 2018, o grau de participação da população nas reuniões foi bastante inferior, tendo a maioria das reuniões menos de 10 participantes.

Após as reuniões em cada uma das aldeias do território do PNTI foi divulgado nas redes sociais de cada uma das aldeias, quer o vídeo sobre o PNTI realizado no âmbito do projeto Promover e Valorizar o PNTI, quer o inquérito dirigido a visitantes, no sentido de se conseguir um maior número de respostas.

Das participações da população relativamente aos desafios do PNTI, destaca-se:

- a) A falta de informação/comunicação com o ICNF e até o envolvimento da população nas actividades do Parque;
- b) A qualidade e a falta de água nos rios Erges, Ponsul e Tejo;
- c) As questões de acesso ao Parque e ao rio Tejo;

Como expectativas/soluções houve referência em várias aldeias às mesmas questões:

- a) Atendimento de proximidade do ICNF nas aldeias
- b) Proporcionar ações de formação e certificação de um conjunto de guias locais

De uma forma geral as populações das aldeias com território no PNTI estão disponíveis para colaborar com o ICNF, na melhoria dos constrangimentos de gestão do Parque, reivindicando um maior envolvimento nas actividades desenvolvidas nesta Área Protegida assim como uma maior aproximação dos serviços do ICNF à realidade vivida no Parque.

c) Consulta pública do Plano de Valorização

A Consulta Pública da proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 decorreu durante 26 dias consecutivos, entre 5 e 30 de abril de 2018.

O documento, acompanhado por uma nota enquadradora, foi disponibilizado nos *websites* dos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, do ICNF, da AEBB, do IPCB e da Quercus. Esteve igualmente presente, em formato papel, nas Juntas de Freguesia (JF) e Uniões de



Freguesia (UF) da área de influência do PNTI: JF Castelo Branco, UF Cebolais de Cima e Retaxo, JF Malpica do Tejo, JF Monforte da Beira, UF Monfortinho e Salvaterra do Extremo, JF Perais, JF Rosmaninhal e UF Zebreira e Segura, onde pôde ser consultada durante o horário de expediente das respetivas instituições.

Esta Consulta Pública esteve aberta a todos os cidadãos (com idade superior a 18 anos), residentes, que exerçam alguma atividade na área de influência do PNTI (concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Castelo Branco) ou que conheçam esta Área Protegida.

Os interessados em participar nesta Consulta Pública tiveram à sua disposição uma ficha de participação com 15 questões. Para além das perguntas relativas às informações gerais sobre os participantes, foram efectuadas 5 questões fechadas, referentes aos eixos estratégicos e às medidas propostos no Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, designadamente para avaliar a importância atribuída a cada um deles pelos participantes. Foram igualmente efetuadas 2 questões abertas para permitir aos participantes dar a sua opinião relativamente às medidas seleccionadas e ao Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, em geral. Esta ficha esteve disponível para ser preenchida e submetida *online* ou em papel nas Juntas e Uniões de Freguesia acima indicadas.

Foi ainda promovida uma sessão de apresentação pública da proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, no dia 19 de abril de 2018, na freguesia de Perais, em Vila Velha de Rodão, que contou com a presença do Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, e da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Célia Ramos, bem como mais de 80 participantes.

Nesta sessão procedeu-se ao balanço do primeiro ano do Projeto Piloto do PNTI, pelo Presidente do Conselho de Gestão, Luis Pereira, a uma apresentação sobre “A gestão colaborativa em áreas protegidas e os desafios do Projeto Piloto do PNTI”, pelo Vice-Presidente da Federação EUROPARC (Federação Europeia de Parques Naturais e Nacionais), Paulo Castro, e, por fim, à apresentação da proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, pela Assessora e Coordenadora Técnica do Projeto Piloto, Madalena Martins.

Resultados da Consulta Pública

Terminado o período de Consulta Pública referente à proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, foram recebidas 22 participações, a nível individual ou coletivo.

O Relatório de Ponderação do Processo de Consulta Pública apresenta os resultados obtidos neste processo e está disponível nas páginas *websites* dos parceiros do Projeto Piloto.

No âmbito da ponderação realizada, importa destacar as sugestões que foram classificadas como Aceite e Parcialmente Aceite, na medida em que se considerou que permitirão corrigir algumas



lacunas ou que contribuirão para melhorar a formulação e dar uma melhor consistência a uma nova versão do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022.

As mesmas foram propostas ao Conselho de Gestão, em reunião realizada em 22 de outubro de 2018, para serem consideradas na versão final deste documento ou na sua próxima revisão, tendo sido acordado o seguinte:

1. **inclusão de novos indicadores** - serão definidos aquando da nova revisão do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022; (de acordo com o Dec. Lei 116/2019 que define o modelo de Cogestão das Áreas Protegidas, os indicadores de realização devem ser propostos pelo ICNF)
2. **inclusão de ações de patrulhamento no rio Tejo e ações de sensibilização aos pescadores que frequentam o rio** - serão definidas aquando da nova revisão do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022; (as ações de patrulhamento no rio Tejo já são realizadas quer pelo ICNF quer pela APA, as ações de sensibilização aos pescadores serão incluídas no Plano de Sensibilização a ser desenvolvido pela Quercus)
3. **integração da questão dos alimentadores de abutres na medida 2.2. - Elaborar e implementar um plano de ação que compatibilize de forma equilibrada, a gestão cinegética e a conservação da natureza do plano de valorização** - sugestão integrada no capítulo 7. do presente documento, nomeadamente no que diz respeito ao projeto “Compatibilizar a Gestão Cinegética com a Conservação da Natureza”;
4. **consideração da gestão de um território que salvguarde todos os valores ambientais presentes, sejam naturais (biótico e geológico) ou culturais (arqueológico, arquitetónico e etnográfico)** – foi incorporado no capítulo 1, em resposta à questão *O que se espera com este Projeto Piloto?*
5. **integração da DGPC e da DRCC na lista de atores chave, apresentadas no Anexo 4 da proposta do Plano de Valorização;**
6. **inclusão dos valores culturais na medida 4.2. - Desenvolver um plano de sensibilização ambiental para a população local;** sugestão a considerar aquando da elaboração da memória descritiva do projeto referente a esta medida;
7. **elaboração, para cada uma das medidas propostas no Plano de Valorização, de um projeto detalhando as respetivas ações específicas e a programação dos recursos financeiros** - sugestão integrada no capítulo 7. do presente documento, nomeadamente nas memórias descritivas dos projetos aprovados para 2018 (projeto “Compatibilizar a Gestão Cinegética com a Conservação da Natureza” e “Promover e Valorizar o Parque Natural do Tejo Internacional”); irá ser tido em atenção aquando da elaboração das memórias descritivas dos restantes projetos elaboradas para as restantes medidas.

d) Sessões Participativas

Foram organizadas 3 sessões participativas que tiveram 180 participantes, no seu conjunto.

As sessões participativas eram constituídas por uma sessão plenária, seguida de um período de trabalho dos diferentes grupos temáticos e no final, nova sessão plenária no sentido de ser partilhada a informação trabalhada durante as mesas temáticas.

Pretendeu-se, assim, reforçar uma cultura de partilha e de participação, de envolvimento e de proximidade com quem está no território e faz a diferença.



Figura 31 e 32 - Apresentação pública da proposta de Plano de Valorização do PNTI 2018-2022.

Conclusões das Sessões Participativas

Grupo de trabalho Património

No âmbito das três sessões participativas que ocorreram, o Grupo Temático do Património (GTP) discutiu e considerou que será importante desenvolver linhas de atuação nos seguintes eixos de intervenção, para os quais se identificou os domínios e formas de intervenção:

D1 - Identificação, inventariação, caracterização e mapeamento do património em todas as suas dimensões (natural: biológico; hidrogeológico; cultural: arqueológico; vernacular; religioso, incorporando também as diversas tipologias associadas ao património imaterial).

Neste domínio foram, sugeridos o seguinte conjunto de formas de intervenção (I):

I1 -Delimitar a área territorial considerada estratégica para análise (PNTI acrescida de envolvente territorial adjacente);

I2 - Definir as diferentes dimensões patrimoniais a analisar;



- 13 - Estabelecer critérios de identificação e seleção das diferentes tipologias de património;
- 14 - Desenvolver bases de dados setoriais/especializadas.

D2 – Instalação um **Observatório Territorial**, suportado numa plataforma agregadora e organizadora da informação setorial existente, constituindo-se como ferramenta de apoio à monitorização e avaliação das dinâmicas de transformação territoriais.

- 11 - Estruturar um núcleo de competências e recursos capacitados de modo a responder de forma eficaz
- 12 - Definir / Planear o quadro estratégico de intervenção, em sintonia com os objetivos do PNTI;
- 13 - - Identificar necessidades de informação e interesses dos stakeholders.

D3 - Promoção de mecanismos de estímulo à produção de conhecimento, alicerçada em projetos de investigação sobre as diferentes vertentes do património natural e cultural do PNTI, bem como o apoio à edição e divulgação de estudos de referência.

- 11. - Produzir um “Atlas do Património do PNTI”;
- 12 - Editar um livro “Património Natural do PNTI”;

Adicionalmente, o GTP sublinhou a necessidade de equacionar:

- A inclusão do património genético associado às raças autóctones (merino da Beira Baixa e cabra charnequeira) em estratégias de fomento de atividades pecuárias compatíveis com as finalidades do PNTI;
- a gestão das expectativas dos produtores florestais que, no âmbito da Intervenção Integrada do PNTI (2007-2014), implementaram projetos de regeneração natural de quercíneas, uma ação considerada uma boa prática silvo-ambiental que foi muito bem acolhida pelo setor;
- a negociação entre as tutelas, com vista à possibilidade da abertura diária da ligação a Espanha, via barragem de Cedillo – assumindo o potencial impacto positivo sobre o fluxo de visitantes ao PNTI.

Grupo de trabalho Turismo

Na **1ª Sessão Participativa** foram identificados os seguintes desafios para este tema:

- 1** – Aproveitar, reforçar, inovar e promover a imagem do PNTI para promover o turismo
- 2** - É importante um plano de comunicação adequado a todas as potencialidades e atividades existentes e potenciais na área do parque;
- 3** – Identificar recursos e transformá-los em produtos turísticos envolvendo a população;



- 4 – Promoção e divulgação do turismo com elementos diferenciadores: ambiente, produtos endógenos, património, gastronomia, avifauna, ornitologia, Turismo acessível, turismo criativo,...;
- 5 – Criar/estabilizar a rede de operadores económicos e ajustes do território, ligando as atividades em torno do papel natural do Tejo Internacional;
- 6 – Criar um lobby – projeto de interesse natural mediante modelo de discriminação positiva para o território;
- 7 – Postos de turismo com conceito inovador e com informação atualizada do que se passa no PNTI ;
- 8 – Agentes do território com formação de guias adequada às potencialidades e regras do PNTI;
- 9 – Proprietários com explorações sustentáveis e para as manter existir também flexibilidade nas restrições de construção e de utilização do espaço;
- 10 – Conjunto de regras do ICNF demasiado restritivas e o desenvolvimento de atividades materiais e imateriais.

Na **2ª Sessão Participativa** o Grupo Temático do Turismo (GTT) identificou os seis seguintes desafios prioritários e para cada um deles definiu um conjunto de ações a desenvolver:

1. Inventariação de Recursos Turísticos

Identificação, inventariação, caracterização e mapeamento dos recursos turísticos:

- Locais de interesse para visitação
- Rotas e percursos existentes
- Alojamento
- Restauração
- Lojas de produtos regionais
- Centros de informação turística
- Levantamento e caracterização da oferta
- Ponto de contato com o grupo da cinegética relativamente às zonas de caça

Fundir os vários levantamentos de recursos (materiais e imateriais) que já existem e verificar se são utilizáveis e transformáveis em produtos turísticos

2. Sistemas de Visitação

Os espaços das áreas protegidas, pelo seu reconhecimento e valor natural, cultural e paisagístico, apresentam uma extraordinária vocação para o desenvolvimento de determinadas atividades, práticas e modalidades turístico- recreativas.

Identificaram-se as ações:



- Criar e/ou adequar um conjunto de equipamentos para locais interpretativos, a título de exemplo o CIA – Centro de Interpretação Ambiental em Castelo Branco
- Identificação e implementação de percursos pedestres, de bicicleta e todo o terreno, sempre em linha de conta com a preservação dos valores ambientais do PNTI
- Definição de um conjunto de rotas enquadradas nas atividades do território que faz parte da zona de intervenção do PNTI, percursos circulares de curta distância
- Criação de locais de visitação do parque, sem ir ao parque por forma a garantir a preservação dos valores naturais que estão na génese do PNTI.

3. Centros de Informação Turística

Os centros de Informação Turística têm por objetivo orientar, informar e apoiar os turistas e visitantes durante a sua estadia, bem como serem proativos com propostas de melhoria que os visitantes sugiram. - Deverão também prestar serviços de informação à população residente da zona de intervenção e da zona de influência.

4. Formação e Informação de Conhecimento do Território

Conjunto de ações de formação e informação dirigidas a todas as pessoas e entidades com intervenção na zona do PNTI, com especial incidência para os operadores económico:

- Ações de informação e formação ambiental para os cidadãos;
- Ações de formação para capacitação de proprietários e funcionários de alojamento turístico e de restauração;
- Conhecer a motivação da procura “clientes”.

5. Guias de Natureza

Formação de guias de natureza e de empresas de animação turística, planeando e executando visitas guiadas a turistas interessados no conhecimento da natureza, dando uma informação de qualidade sobre o meio natural, terrestre e aquático, e também sobre as populações humanas e património edificado:

- Acompanhar e guiar grupos de pessoas em eventos de desporto e aventura na natureza;
- Planear e promover eventos de saúde e bem-estar na natureza;
- Participar e auxiliar em projetos /programas de monitorização da natureza;
- Realizar e participar em trabalhos de inventariação, recenseamento e distribuição de fauna e flora;
- Trabalhar e colaborar em projetos de investigação na natureza quer relacionados com recursos geológicos quer com recursos biológico.

6. Criar Mecanismos de Atração de Operadores Turísticos



A animação turística é um subsector do turismo de Portugal constituído por cerca de 4000 empresas que organizam e comercializam uma enorme diversidade de atividades: turismo de ar livre, turismo cultural e exploração de parques temáticos e de parques naturais.

Toda a oferta do setor da animação turística tem grandes potencialidades no quadro da internacionalização.

Pretende-se:

- Criar atratividade a empresas de animação turística, para darem corpo a programas turísticos de descoberta ativa da paisagem e do património, enquadráveis no chamado turismo de experiências;
- através dos seus efeitos multiplicadores contribuir para a criação de postos de trabalho diretos e indiretos, fator determinante para a fixação das pessoas ao território;
- Contribuírem para a sustentabilidade da zona de intervenção do PNTI

Conservação da Natureza e Gestão Cinegética

Na **1.ª Sessão participativa** (29/nov/2018), foram identificados os principais desafios do território nas áreas temáticas do grupo de trabalho, sintetizados nos seguintes pontos:

1. N.º, distribuição e funcionamento dos campos de alimentação de aves necrófagas;
2. Incidência da tuberculose bovina nos ungulados silvestres;
3. Falta de conhecimento sobre as populações de veados e javalis;
4. Gestão cinegética desadequada e furtivismo; necessidades de formação para gestores cinegéticos e caçadores;
5. Reforço da interação da atividade cinegética com as atividades turísticas desenvolvidas no território;
6. Representação dos agentes privados (proprietários e gestores) no Projeto Piloto para a gestão colaborativa do PNTI.

Na **2.ª Sessão participativa** (16/jan/2019), foram identificadas, debatidas e validadas possíveis soluções para os principais desafios do território nas áreas temáticas do grupo de trabalho, nos seguintes termos:

1. Sistema de recolha de animais mortos em exploração e de subprodutos da atividade cinegética.

Foi apresentado o projeto de implementação do sistema de recolha, objeto de protocolo de financiamento entre o Fundo Ambiental e a Quercus. O sistema disporá de uma viatura transformada para o transporte de carcaças e de subprodutos, recolhidos nas explorações pecuárias e em atos cinegéticos (esperas, batidas e montarias). O sistema terá protocolos de



recolha ajustados à situação do Tejo Internacional, com particular atenção aos requisitos sanitários (p.e. tuberculose).

Serão estabelecidos contatos com produtores pecuários da área envolvente dos campos de alimentação de aves necrófagas (CAAN) integrantes do sistema, nos concelhos de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco e Idanha-a-Nova, para operacionalizar a recolha dos animais mortos nas explorações (pequenos ruminantes). Será envolvida a OVIBEIRA - Associação de Produtores de Ovinos do Sul no desenvolvimento do projeto

2. Censo da população de cervídeos no PNTI.

Foi apresentado o projeto de realização de censos da população de cervídeos do PNTI, objeto de protocolo de financiamento entre o Fundo Ambiental e a Quercus, com ações censitárias em maio/junho de 2019 (após os nascimentos do ano), e em setembro/outubro de 2019 (no período da brama). O projeto conta com o apoio técnico-científico da Unidade de Conservação e Gestão de Vida Selvagem do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro (UCGVS) e da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco, com técnicos e Vigilantes da Natureza do ICNF e com o envolvimento de gestores, dirigentes e guardas das zonas de caça.

Os participantes consideraram, genericamente, como bastante positiva a intenção de realização dos censos e manifestaram disponibilidade para colaborar nos mesmos, bem como a necessidade de serem realizados censos na população de javalis no PNTI, que revela uma elevada taxa de incidência de tuberculose.

3. Tuberculose e outras zoonoses

A tuberculose bovina é a principal zoonose na área do PNTI, com graves consequências económicas em explorações pecuárias (casos de abates integrais de efetivos domésticos), e que exige cuidados e boas práticas na gestão cinegética, especialmente em anos de seca.

É importante, também conhecer a situação de outras zoonoses (sarna; triquinose; tularemia), e adotar práticas de gestão cinegética efetiva, menos subordinadas aos imediatos interesses comerciais (venda de carne).

É também importante o efetivo controlo da deposição nos CAAN de subprodutos e de animais suspeitos de tuberculose. Especialmente com a prevista descontinuidade da obrigação de colocação dos selos fornecidos pela DGAV, nos exemplares das espécies cinegéticas de caça maior abatidos. Aquela abolição da marcação dos animais mortos, aquando da inspeção veterinária nos atos cinegéticos, é desaconselhável porque coloca em causa a segurança alimentar da carne para consumo humano. Sendo recomendável a reponderação da situação.



Os proprietários, gestores e responsáveis de zonas de caça elencaram uma série de questões e propostas de medidas para acautelar o agravamento da situação sanitária relacionada com a tuberculose:

- Controlo e redução da população de javali (espécie cinegética mais infetada pelo *Mycobacterium bovis*), com recurso a esperas;
- Redução da presença de efetivos pecuários domésticos no interior das zonas de caça;
- Enterramento de todos os animais e subprodutos considerados suspeitos;
- Adoção de boas práticas no fornecimento de alimentação suplementar, privilegiando a distribuição dispersa em vários locais em vez da colocação concentrada em alimentadores de grande capacidade (bidons; discos de charrua), que agregam/atraem grande número de animais;
- Adoção de boas práticas de gestão cinegética que impeçam o método “mata-pendura”, no qual se permitem abates indiscriminados;
- Realização de ações de esclarecimento e formação aos associados, pela Federação de Caça e Pesca da Beira Interior, centradas na questão sanitária e nas boas práticas cinegéticas.

O ICNF salientou a importância do planeamento da exploração cinegética em maior escala, envolvendo várias zonas de caça contíguas, na melhoria da qualidade dos atos cinegéticos e do controlo sanitário.

4. Cães assilvestrados

A presença de cães assilvestrados no território – animais abandonados e/ou respetiva descendência, que perderam ou não têm hábitos de convivência com humanos, com origens diversificadas, e não apenas as matilhas utilizadas em ações de caça – constitui uma situação de risco e de perigo real para animais domésticos, espécies cinegéticas e pessoas, que deve ser acautelada.

A situação no Tejo Internacional é preocupante, especialmente nas Freguesias de Malpica do Tejo e Monforte da Beira, onde se têm verificado vários ataques a rebanhos de ovelhas.

A temática envolve questões como os riscos para a saúde pública e para a segurança das pessoas, a responsabilidade pelos prejuízos nas explorações pecuárias, e as dificuldades de controlo e contenção dos caninos errantes.

Considerando o papel das autarquias municipais, às quais a lei atribui responsabilidades na recolha e no acolhimento daqueles animais, a situação de sobrelotação dos canis existentes, os contornos legais e a especial sensibilidade comunicacional da matéria, foi proposta a criação de um grupo de trabalho exclusivamente dedicado ao tema. Aquele grupo deveria integrar as autarquias, as autoridades veterinária e cinegética, e representantes dos setores pecuário e cinegético, e teria



como propósito a elaboração de um documento que identifique ações e medidas legais e regulamentares passíveis de dirimir a questão, antes que surjam situações de maior gravidade.

Na **3.ª Sessão participativa** (19/mar/2019), foram debatidas as soluções e a sua operacionalização, para os principais desafios do território nas áreas temáticas do grupo de trabalho, nos seguintes termos:

1. Sistema de recolha de animais mortos em exploração e de subprodutos da atividade cinegética

Foi atualizado o ponto de situação do projeto de implementação do sistema de recolha, em execução. E foi apresentada a viatura especial dedicada à recolha.

Foram comunicados os termos em discussão da colaboração com a OVIBEIRA – Associação de Produtores Agropecuários, quer quanto aos contributos para a operacionalização, quer com a identificação do universo de explorações que poderão integrar o sistema de recolha.

O início das recolhas está previsto para o mês de abril.

2. Censo da população de cervídeos no PNTI

Foi atualizado o ponto de situação do projeto de realização de censos da população de cervídeos do PNTI.

Foram apresentados os transectos e os pontos fixos de amostragem planeados, a par de outros aspetos relevantes para a realização dos censos, que serão analisados e debatidos numa reunião de trabalho a realizar no mês de abril.

3. CAAN

Foram apresentados duas intenções de investimento em CAAN privados (ZCT da Cubeira e ZCT do Galisteu).

Foi assinalada a necessidade de gestão integrada dos CAAN privados e de CAAN de utilização comunitária, e a necessidade de uma abordagem adequada às diferentes espécies, especialmente o abutre preto e o abutre do Egipto.

4. Cães assilvestrados

Foi reiterada a necessidade de constituição de um grupo de estudo, que abordasse esta temática analisando-a por forma a apresentar às entidades responsáveis soluções para a sua resolução.

Rios e comunidades



Este grupo de trabalho começou por identificar o que está a ser feito neste momento:

- Monitorização à qualidade da água
- Projetos de reabilitação
- Revisão das licenças de descargas das ETAR
- Projetos de monitorização de espécies.

Identificaram-se os principais problemas/desafios:

- Rios assoreados
- Fenómenos de poluição local (agrícola, doméstica e industrial)
- Presença de espécies exóticas invasoras
- Fenómeno global de Alterações Climáticas: caudais mais reduzidos, aumento da temperatura, mais problemas de eutrofização
- Comunidades locais envelhecidas
- População mais reduzida
- Abandono das práticas tradicionais

O que pode ser feito:

- Maior visão conjunta: económica, cultural, ambiental
- Mais trabalho em parceria: Portugal-Espanha e comunidades de toda a bacia do Tejo
- Dinamizar o sector florestal com espécies autóctones
- Aumentar a sustentabilidade agro-silvo-pastoril
- Avançar com Cruzeiro Tejo Sustentável
- Fazer diagnóstico rigoroso e Plano de Ação para Tejo e Parque Natural
- Aumentar incentivos públicos com fundos comunitários para apoio às actividades tradicionais e manutenção de fauna e flora autóctones
- Criar manual de boas práticas no Parque Natural do Tejo Internacional
- Criar acessos ao rio em locais menos sensíveis
- Reabilitação e desassoreamento de algumas áreas realizando segundo boas práticas ecológicas
- Mais informação e formação junto das comunidades locais
- Avaliar e estudar a hipótese de alargar as áreas de navegação
- Melhor trabalho com autarquias e Associações de Municípios.

e) Inquérito de avaliação da visita



No dia 30 de junho de 2018 foi lançado o inquérito a turistas que esteve disponível até dia 31 de outubro de 2018, nos *websites* dos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e da Quercus, e pôde ser respondido por qualquer turista ou visitante do Parque Natural. O inquérito esteve também disponível, em papel, em algumas unidades de alojamento do PNTI, no barco- Balcón del Tajo e noutros pontos estratégicos tais como cafés.

Pretendeu-se, assim, reforçar uma cultura de partilha e de participação, de envolvimento e de proximidade com quem visita o território.

Uma vez que, desta primeira tentativa, apenas se conseguiram obter 26 respostas, consideramos importante voltar a disponibilizar o inquérito em 2019 até dia 17 de novembro tendo-se no final conseguido um total de 71 respostas a este inquérito, cujos resultados serão de seguida tratados e analisados.

Os visitantes puderam caracterizar e avaliar a visita assim como dar sugestões sobre medidas ou iniciativas que gostaria de ver implementadas no âmbito da visita do PNTI.

Da análise das respostas ao inquérito, destacam-se as principais questões identificadas pelos respondentes ao inquérito realizado:

- ✓ Os principais pontos positivos assinalados foram: A paisagem/natureza, a observação de fauna (principalmente aves), a interação com a população e a paz/sossego;
- ✓ A elevada adequação dos locais de interesse do PNTI;
- ✓ As principais propostas de melhoria apresentadas estão relacionadas com: sinalética, estruturas de apoio aos visitantes e melhoria da informação do Parque;
- Os principais constrangimentos na visita prendem-se com os acessos ao rio e ao Parque, assim como alguns percursos pedestres a carecer de manutenção e a falta de estruturas de apoio aos visitantes.

Ao nível da visita considera-se que, alguns constrangimentos estão inequivocamente identificados, daí deverão retirar-se ilações com vista à definição de áreas em que será necessário continuar a atuar, ou seja, ao nível da promoção do PNTI, da melhoria da sinalética do PNTI e da tentativa de melhorar os acessos no PNTI.

Pelo conteúdo de algumas respostas verifica-se uma necessidade de haver ações de sensibilização sobre o PNTI, os seus limites, esclarecimento das restrições presentes no Plano de Ordenamento do PNTI. Eventualmente a aposta na capacitação dos atores chave para desenvolverem uma actividade



enquadrada com os valores que o território do PNTI encerra, muito para além dos valores naturais, nomeadamente sociais e económicos, permitirá trabalhar a perceção atual que os mesmos possuem sobre os contributos desta Área Protegida em vários domínios.

Assim, estas ilações deverão ser consideradas na redefinição dos eixos de atuação estratégicos para o PNTI.

4. Grandes desafios para a gestão do PNTI

4.1. Aspetos críticos no território

No cerne da criação do PNTI esteve a necessidade de conservar e valorizar o património natural existente, apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico, valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, arqueológico e etnológico da região e ordenar e disciplinar as atividades turísticas e recreativas, nomeadamente as atividades cinegéticas e a pesca na área do Tejo Internacional.

Desde a sua génese, que se verifica a **fraca identificação da população residente com os princípios de conservação da natureza e dos objetivos do Parque**, em parte pelo facto de no processo da sua criação, apesar do envolvimento da população, a discussão ter sido focada nas limitações e nos constrangimentos que o PNTI iria acarretar. Ao longo dos anos, esta lacuna nunca foi ultrapassada, tendo mesmo sido agravada pelo escasso contacto entre os técnicos do PNTI e as populações, bem como do parco envolvimento da população nas atividades desenvolvidas, situação bastante referenciada nos inquéritos de levantamento de opinião, retratados no capítulo 6 deste documento. Nesses inquéritos é também diversas vezes referida limitações **em termos de sinalética** e a quase inexistência de sinalética de limitação do Parque.

O território desta Área Protegida conheceu diferentes transformações, desde meados do século XX, primeiro com as alterações do uso do solo pelas atividades agro-silvo-pastoris, depois com a construção de uma importante infraestrutura hidroelétrica e, por fim, com o progressivo abandono da terra e a crescente importância da exploração cinegética, especialmente de caça maior.

A construção da barragem de Monte Fidalgo/Cedillo, concluída em 1974, configurou uma profunda alteração no território.



Atualmente, a **gestão da qualidade da água do rio Tejo**, afetada pelas descargas de efluentes domésticos e industriais, bem como pela poluição difusa com origem na agricultura e pela redução do seu caudal, tem conduzido a situações pontuais de eutrofização, sendo esta uma das principais fragilidades ambientais do território. A **quantidade da água do rio Tejo e a redução drástica do nível da água a montante da barragem de Cedillo que decorreu em 2019** mostrou que a gestão das águas internacionais poderá vir a ser um desafio para o qual é necessário refletir em soluções que sejam benéficas para ambos os países.

A utilização de terrenos com pouca aptidão agrícola e silvícola para a **plantação de extensas áreas de povoamentos de eucalipto**, conforme se observa na figura 28, com a destruição de áreas de vegetação autóctone, produziu significativos impactes ao nível do empobrecimento dos solos e com a perda de *habitats* essenciais para espécies de fauna com estatuto de conservação relevante.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 167/2017, de 2 de novembro, instituiu o Projeto de Restauro e Prevenção Estrutural do PNTI que prevê a **reconversão de áreas de eucaliptais abandonados**, sob **gestão pública**, numa área com cerca de **500 ha**. A área ocupada com povoamentos de eucalipto no interior do **PNTI** corresponde a 20,5% da superfície da área protegida.

O Projeto de Restauro e Prevenção Estrutural do PNTI foi objeto de candidatura ao POSEUR, tendo o **ICNF, I.P.** a responsabilidade pela respetiva implementação.

O projeto integra, entre outras ações, intervenções de reconversão de eucaliptais, numa extensão de **456 ha**, em prédios rústicos da Florestgal, S.A. sites na Freguesia de Castelo Branco (Concelho de Castelo Branco), na Freguesia de Rosmaninhal e na União de Freguesias de Zebreira e Segura (Concelho de Idanha-a-Nova). A execução da medida foi objeto de um concurso público internacional, e os trabalhos foram iniciados no 2.º semestre de 2019.



Figura 28- Área de povoamento de eucalipto (Foto: CMVVR).

A **construção de edificações dispersas e de outras infraestruturas** (caminhos, aceiros e redes de distribuição de energia eléctrica), as **atividades turísticas não ordenadas** e a **navegação fluvial não autorizada**, nos troços dos rios Tejo, Ponsul, Aravil e Erges, particularmente em época de nidificação (período crítico sob o ponto de vista de conservação da avifauna rara ou ameaçada que aí se reproduz), constituem também **fatores de perturbação significativos**.

Atualmente, verifica-se que o **abandono de práticas agrícolas tradicionais** contribui para a degradação dos *habitats* seminaturais e que a **gestão desadequada de algumas zonas de caça** promove a delapidação de espécies cinegéticas e de espécies protegidas quer seja pela prática incorreta da actividade, pelo uso ilegal de venenos ou pelo abate a tiro de espécimes.

4.2. O que se pretende mudar

A instituição do Plano de Ordenamento do PNTI, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, e alterado pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 67/2013, de 28 de outubro, e n.º 19/2014, de 10 de março, permitiu a regulamentação de usos e de atividades, contribuindo para o adequado ordenamento e gestão do território.

No entanto, constata-se a necessidade da adoção de **ações de gestão no terreno, dirigidas à manutenção e à recuperação do património natural e cultural do PNTI**, incidindo, sobretudo, na melhoria da eficácia dos mecanismos de controlo de gestão, de vigilância e de fiscalização.

Deste modo, considera-se essencial intensificar as **ações de vigilância e de fiscalização**, com incidência terrestre e fluvial dentro da área do PNTI, e garantir uma maior articulação entre as diversas entidades fiscalizadoras, quer nacionais, quer espanholas.

Reconhece-se que é fundamental dar seguimento ao trabalho de envolvimento e **interação com as populações residentes no PN TI**, para fortalecer a sua identificação com o Parque Natural. Por outro lado, é essencial consolidar a promoção do Parque dando atenção aos aspetos de carácter informativo e de imagem. Torna-se contudo crucial dar uso aos **materiais de divulgação** dos valores naturais, patrimoniais e culturais desta área protegida e do território onde esta se insere, actualizando-os e desenvolvendo novos elementos de divulgação tornando-os acessíveis aos visitantes do Parque.

Considera-se igualmente essencial o **reforço e manutenção da sinalética** (exemplos ilustrados na figura 8), sobretudo nos locais de maior sensibilidade, para limitação à navegação nos troços com a presença de espécies ameaçadas. É igualmente necessário a implementação **de infra-estruturas**, o reforço e a manutenção da **sinalética informativa**, com referência aos locais de interesse do PN TI.



Figura 29- Exemplos de alguma sinalética existente no PN TI.

Verifica-se também a **necessidade de ampliar a recuperação da vegetação autóctone** e a **realização de ações concretas de conservação dos valores naturais**, direcionadas para as espécies como a águia-imperial-ibérica, o abutre-preto, a cegonha-preta, o cortiçol-de-barriga-branca, o abutre do Egito, entre outras.

É também importante promover a **conservação dos diferentes habitats**, apostando na manutenção da tranquilidade dos locais de nidificação e de alimentação das espécies prioritárias para a conservação, na manutenção e incremento de manchas montados de sobre e azinho, na

manutenção das áreas de matagal mediterrânico e na substituição das áreas de eucaliptal improdutivo por montados ou outros tipos de formações naturais.

É essencial, também, assegurar a **manutenção das práticas agro-silvo-pastoris tradicionais de carácter extensivo**, mesmo que incorporando inovação e criatividade, e garantir uma **correta gestão cinegética** neste território, visando uma exploração equilibrada das espécies cinegéticas, como o coelho-bravo, a perdiz, o veado e o javali, essenciais à manutenção em estado de conservação favorável de muitas espécies ameaçadas.

É importante reforçar a disponibilidade **alimentar para as aves necrófagas** (figura 9), pondo em prática os Regulamentos comunitários em vigor nesta matéria e dando continuidade ao *Sistema de Alimentação de Aves Necrófagas*, projeto iniciado em 2018, no âmbito das ações levadas a cabo por este Projeto Piloto.



Figura 30- Pormenor do alimentador de aves necrófagas, Monforte da Beira (Foto: Quercus).



4.3. Posicionamento estratégico do PNTI

Não obstante o identificado no capítulo anterior (fatores críticos e fatores que se pretendem mudar), considerou-se que, estando a ser elaborado um Plano de Valorização para o PNTI, seria fundamental saber como se posiciona o PNTI estrategicamente.

Esta análise de cenário foi sendo amadurecida e discutida em sede das reuniões de Direção e de Conselho de Gestão, que foram realizadas com vista à elaboração do Plano de Valorização.

Assim, a posição estratégica do PNTI passa pela interpretação da matriz, que consta na tabela 6 e que consiste numa análise de cenário, que traça, de um modo simples, a realidade existente neste local.

Tratando-se de um diagnóstico sobre esta área, esta análise de cenário constitui um passo importante para a posterior formulação estratégica, que se pretende concretizar com o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 e com cuja implementação se pretende alavancar a mudança necessária para este território.

Sendo as **forças** e as **fraquezas** identificadas nesta matriz decorrentes de **fatores internos** ao próprio PNTI, será fundamental que nas opções futuras para a sua gestão seja potenciado o que possui de positivo e que sejam reduzidos os pontos fracos sinalizados.

Já as **oportunidades** e as **ameaças** identificadas constituem antecipações do futuro e estão relacionadas a **fatores externos**, que permitem a identificação de aspetos que podem constituir constrangimentos (as ameaças) à implementação de determinadas estratégias definidas, bem como outros que podem ser alavancas (as oportunidades) para alcançar os objetivos delineados para o futuro do PNTI.



Tabela 1- Análise de cenário da realidade existente no PNTI - FATORES INTERNOS (controláveis ao nível da gestão colaborativa do PNTI).

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Rede Natura 2000 – Zona de Proteção Especial Tejo Internacional, Erges e Ponsul, Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo-Tajo da UNESCO, Parque Internacional Tejo-Tajo, e Geopark Naturtejo (Geoparque Mundial da UNESCO). 2. <i>Habitats</i> e espécies prioritários para a conservação da natureza. 3. Número significativo de geomonumentos de elevada importância. 4. Património geológico, arqueológico, histórico, cultural e tradicional de relevante interesse nacional e internacional. 5. Rede de rotas e percursos pedestres, com potencial de valorização e de reforço. 6. Elevada qualidade do céu noturno. 7. Elevado potencial para o desenvolvimento de projetos de investigação científica, em áreas como conservação da natureza, sustentabilidade de territórios rurais, património, etc.. 8. Centralidade face à proximidade com a fronteira espanhola. 9. Qualidade dos produtos agroalimentares (azeite, borrego, cabrito, queijo e enchidos). 10. Manutenção dos elementos estruturais da paisagem rural com interesse para a biodiversidade (muros de pedra e de taipa/adobe, sebes, marouços, fontes, charcas, lagoas, cômoros, faixas não cultivadas, entre outros). 11. Projeto Tejo Internacional desenvolvido pela Quercus na área do PNTI. 12. Marca Natural.PT, que divulga produtos e serviços na Rede Nacional de Área Protegidas, já com uma estrutura consolidada. 13. Historial de trabalho conjunto com os congéneres espanhóis (monitorização de avifauna rupícola e de ações de vigilância nos cursos de água). 14. Centro de Interpretação Ambiental de Castelo Branco e Centro Interpretativo da Biodiversidade (CIB) de Terras de Idanha, em Segura. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Insuficiente conhecimento sobre estado, distribuição e conservação dos valores naturais de fauna e flora, garantindo uma monitorização sistemática. 2. Falta de conhecimento sobre o estado de conservação dos cursos e massas de água superficiais, aquíferos e ecossistemas associados às zonas húmidas da área do PNTI. 3. Espécies exóticas invasoras que podem comprometer, no futuro, a conservação de <i>habitats</i> e espécies ameaçadas, bem como das próprias paisagens. 4. Descontinuidade do Plano Zonal Agro-Ambiental do PNTI. 5. Gestão deficiente de algumas zonas de caça, compatibilizada com a conservação dos valores naturais, especialmente dos ameaçados. 6. Constrangimentos relativos à gestão do PNTI por parte do ICNF, devido à sua forma de organização e falta de recursos. 7. Falta de estratégia de comunicação e divulgação do PNTI. 8. Insuficientes ações de vigilância, falta de controlo e falta de consequências atribuídas pelas autoridades responsáveis. 9. Falta de articulação entre as diversas entidades competentes, nacionais e espanholas. 10. Sinalética insuficiente sobre o PNTI, quer de aproximação, quer de informação e divulgação. 11. Insuficientes vias de acesso e infraestruturas associadas à paisagem e à observação e usufruto da biodiversidade. 12. Fortes obstáculos físicos decorrentes do meio natural, tanto de origem topográfica como de tipo edáfico.



Tabela 6 – Análise de cenário da realidade existente no PNTI - FATORES EXTERNOS (não controláveis ao nível da gestão colaborativa do PNTI).

OPORTUNIDADES (como alavancas)	AMEAÇAS (como constrangimentos)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento da procura turística em Portugal. 2. Tendência crescente da procura de turismo de natureza, com boas condições de visitação, formação adequada de recursos humanos, roteiros temáticos distintos e rede de apoio em termos de restauração e alojamento. 3. Elevado potencial para o turismo ornitológico, com a presença de elevado número de espécies tipicamente mediterrânicas e nidificação de espécies raras com elevado valor para a conservação como a águia-imperial-ibérica, o abutre-preto, a águia de Bonelli, a cegonha-preta, o abutre do Egípto, o cortiçol-de-barriga-branca, a águia-real e o chasco-preto. 4. Potencial de procura de visitação de áreas de interesse arqueológico e geológico, em harmonia com a preservação dos valores naturais. 5. Aumento da procura e valorização dos produtos resultantes das atividades rurais tradicionais (através da diferenciação). 6. Aposta nacional numa floresta mais resiliente ao fogo sem pôr em causa a preservação da biodiversidade. 7. Inovação ao nível de turismo centrado em atividades como ornitologia, astronomia, desporto de natureza não motorizado, agroturismo, património histórico e cultura popular e tradicional. 8. Apetência para a criação de novas economias locais sustentáveis. 9. Promoção de atitudes favoráveis ao ambiente e à vivência no PNTI, reforçando o sentido de pertença da população e dos seus atores chave. 10. Pré-disposição para adesão a ações de sensibilização e formação ambiental, sobretudo quando dirigidas à população mais jovem. 11. Proximidade com Espanha. 12. Potencial de investimento na economia de carbono. 13. Gestão colaborativa do PNTI. 14. Forte e vincada ruralidade assente numa dependência quase total da produção primária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de sentido de pertença da população residente em relação ao PNTI. 2. Território que é dos mais envelhecidos e despovoados de Portugal. 3. Extensa área privada, dentro do PNTI, o que impede a mobilidade neste território 4. Falta de disponibilidade de emprego. 5. Progressiva deterioração e abandono do sistema agro-silvo-pastoril tradicional e desvalorização de alguns produtos (leite, carne de borrego, lã, etc.). 6. Elevados níveis de erosão e compactação dos solos por causas antrópicas. 7. Paisagens homogeneizadas e degradadas, resultado das alterações no uso do solo e da cobertura vegetal (por exemplo devido à plantação de eucaliptais pouco produtivos). 8. Proliferação de apiários “intensivos”. 9. Utilização de agroquímicos nos terrenos agrícolas e nos centros urbanos das aldeias limítrofes ao PNTI. 10. Mortalidade não natural de algumas espécies (uso de venenos e abate a tiro). 11. Declínio e problemas fitossanitários dos montados. 12. Declínio e problemas sanitários com populações de coelho-bravo, veado e javali (mixomatose, doença hemorrágica viral, tuberculose, triquinose). 13. Densidades elevadas de ungulados silvestres, que podem colocar em causa a manutenção e recuperação de <i>habitats</i> de elevada importância para a biodiversidade e para algumas espécies ameaçadas em particular. 14. Tendências para aumento risco de incêndio devido às alterações climáticas. 15. Utilização da albufeira e de outros pontos sensíveis como locais para atividades de lazer (navegação a motor, canoagem, pesca, fotografia, passeios pedestres), atividades agro-silvo-pastoris (abertura e limpeza de caminhos, desmatações) e medidas de gestão para a defesa contra incêndios. 16. Diminuição de caudal e degradação da qualidade da água do rio Tejo e dos seus afluentes. 17. Barreiras nas principais linhas de água que atravessam o PNTI e que provocam a falta de conectividade nos cursos de água. 18. Navegação não autorizada nos troços dos rios Tejo, Ponsul, Erges e Aravil. 19. Atividades antrópicas diversas com forte perturbação dos locais de nidificação ou de alimentação das diferentes espécies de avifauna ameaçada. 20. Turismo não ordenado. 21. Prática de todo-o-terreno não autorizado, com destruição de vegetação e perturbação das espécies ameaçadas. 22. Áreas sem cobertura de rede móvel e de internet. 23. Construção de edificações dispersas e outras infraestruturas (caminhos e aceiros ilegais e redes de distribuição de energia elétrica). 24. Área urbana de génese ilegal, no vale do rio Ponsul, e diversas edificações e outras infraestruturas ilegais (algumas em áreas de elevada sensibilidade).

4.4. Áreas-chave nas quais se pretende apostar

Em sede das reuniões de Direção e de Conselho de Gestão, que foram realizadas com vista à elaboração do Plano de Valorização, foram identificados três áreas-chave como sendo prioritárias a desenvolver no âmbito do Projeto Piloto: “Identidade do PNTI”, “Gestão Cinegética e Conservação da Natureza” e “Desenvolvimento Económico Sustentado”, e “Envolvimento da população e dos atores-chave”, a saber:

1. *Identidade do PNTI* – constata-se a necessidade de melhorar a articulação de atuação dos vários interlocutores, em particular junto das populações residentes nesta Área Protegida, para reforçar a sua identificação com o Parque Natural e o seu sentido de pertença ao mesmo e ao território onde este se integra. Por outro lado, é imprescindível a existência de uma imagem apelativa e facilmente reconhecível, bem como de materiais de divulgação associados aos valores naturais e patrimónios desta Área Protegida e ao território onde este se integra. Por outro lado, é imprescindível a existência de uma imagem apelativa e facilmente reconhecível, bem como de materiais de divulgação associados aos valores naturais e patrimónios desta Área Protegida .
2. *Gestão Cinegética e Conservação da Natureza* – o estabelecimento de um quadro normativo de referência que permita compatibilizar, de forma harmoniosa e equilibrada, as atividades e as práticas cinegéticas com os princípios e os valores de conservação da natureza, é um desafio primordial para o PNTI. O desenvolvimento deste tema prioritário exige a concertação com os gestores de zonas de caça e o aprofundamento do conhecimento dos impactes da atividade cinegética na prevalência dos valores naturais e da biodiversidade.
3. *Desenvolvimento Económico Sustentado* – considerando que o apoio às atividades humanas tradicionais e ao desenvolvimento económico, tendo por base os recursos endógenos do PNTI, permanece aquém das expectativas, entende-se ser fundamental apoiar a dinamização da economia local, circular e sustentável, com base nos serviços e produtos de qualidade, inovadores e diversificados, que contribuam para a valorização do património natural. A gestão sustentável dos ecossistemas agro-silvo-pastoris é essencial para a manutenção e o desenvolvimento das explorações agrícolas tradicionais, assim como para a valorização do território e para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, em harmonia com a conservação de espécies e *habitats* prioritários. Também a economia do carbono pode ser um instrumento interessante para o desenvolvimento económico deste território.
4. *Envolvimento da população e dos atores-chave*- tendo este Projeto Piloto um propósito vincado de gestão colaborativa e de proximidade, o envolvimento dos atores chave com influência na área do PNTI será uma outra área-chave incontornável, tendo também em conta as boas práticas desenvolvidas noutros exemplos de cogestão



Neste contexto, na 6ª reunião de Conselho de Gestão realizada a 9 de janeiro de 2018, no Rosmaninhal tomou-se a decisão de criar um grupo de trabalho específico para o tema “Gestão Cinegética e Conservação da Natureza”, com a finalidade de definir um conjunto de boas práticas a serem implementadas no PNTI por forma a conseguir-se encontrar um equilíbrio entre a conservação da natureza e a gestão cinegética. Mais tarde, durante a 1ª Sessão Participativa, que decorreu em novembro de 2018, foram criados os grupos do *Turismo* e do *Património* e na 3ª Sessão Participativa foi criado o grupo de trabalho *Rios e Comunidades*.

O Parque Natural do Tejo Internacional é um território fronteiriço que tem vindo a sofrer, ao longo de décadas, um processo contínuo de despovoamento das suas aldeias, constituindo, atualmente, um território de muito baixa densidade. Trata-se de um espaço rico e diverso em termos paisagísticos, florísticos e faunísticos, detendo, igualmente, um amplo património histórico e cultural, associado às tradições e às atividades económicas de base, como a pecuária e a agricultura.

Gerido numa perspetiva que tem valorizado uma ótica conservacionista, de preservação e valorização dos valores naturais, importa agora olhá-lo, também, numa ótica que permita, de acordo com princípios de desenvolvimento sustentável, compatibilizar essas finalidades com atividades criadoras de emprego e com o reforço dos laços identitários das comunidades locais.

É esse o grande desafio que se coloca ao Parque Natural do Tejo Internacional e, nesse sentido, a recente iniciativa legislativa que institui o modelo de cogestão, envolvendo a participação ativa dos municípios, de associações empresariais, de instituições de ensino superior e de associações ambientalistas, vem reforçar a necessidade de aprofundar esse caminho de, chamemos-lhe, assim, territorialização da política de conservação. No passado dia 21 de agosto, foi publicado o Dec. Lei n.º116/2019 que define o Modelo de co-gestão das áreas protegidas. Na tabela seguinte faz-se uma análise comparativa entre o que está definido neste novo modelo de co-gestão e o que tem vindo a ser feito durante os 2 anos do Projeto Piloto.

4.5. Análise do novo modelo de co-gestão e comparação com o Projeto Piloto

	Modelo de co-gestão das áreas protegidas Dec. Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto	Projeto Piloto Gestão Colaborativa do PNTI	Observações
Composição	<p>Comissão de co-gestão 1 presidente de câmara 1 representante do ICNF 1 instituição de ensino superior 1 representante de organização não-governamental de ambiente, ou equiparada Até 3 representantes de entidades relevantes para o desenvolvimento sustentável do território abrangido pelo PNTI</p>	<p>Conselho de Gestão 3 presidentes de câmara 1 representante do ICNF 1 instituição de ensino superior 1 associação empresarial 1 organização não-governamental de ambiente com intervenção no território</p>	<p>É necessário definir qual o presidente de câmara que presidirá a Comissão de Co-gestão e quais os restantes representantes, com exceção da ONGA que é designada pela CPADA e o ICNF que é o Diretor Regional a nomear.</p>
Documentos...	<p>... a elaborar</p> <p>Plano de Co-gestão Obedece aos seguintes princípios gerais: a) Ser um documento mobilizador e consensual entre os parceiros; b) Suportado numa caracterização e diagnóstico do PNTI; c) Materializar projetos e ações consideradas prioritárias para valorizar o PNTI; d) Definir as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores; e) Definir potenciais fontes de financiamento e parceiros para cada medida prevista; f) Ser o documento de suporte à elaboração do plano anual de atividades, que deve refletir o grau de desenvolvimento e execução do plano de cogestão; g) Articular-se com o programa de execução e plano de financiamento que acompanha o programa especial do PNTI</p> <p>Regulamento Interno Plano anual de actividades e orçamento Relatório anual de execução</p>	<p>...elaborados</p> <p>Plano de Valorização Obedece aos seguintes princípios gerais: a) É um documento mobilizador e consensual entre os parceiros; b) Está suportado numa caracterização e diagnóstico do PNTI assim como num inquérito de opinião sobre o PNTI que foi implementado junto da população; c) Materializa projetos e ações consideradas prioritárias para valorizar o PNTI; d) Define as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores; f) É um documento de suporte à elaboração do plano anual de actividades; g) Articular-se com o programa de execução e plano de financiamento que acompanha o programa especial do PNTI.</p> <p>Plano anual de atuação com as principais medidas e ações a implementar e respectivo orçamento</p> <p>Relatório semestral e anual de execução é já elaborado</p>	<p>O Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 obedece a praticamente todos os princípios preconizados no novo Modelo de co-gestão das áreas protegidas faltando apenas definir potenciais fontes de financiamento e parceiros para cada medida prevista; relativamente à articulação com o programa de execução e plano de financiamento que acompanha o programa especial do PNTI, uma vez que este ainda não está definido, aguarda-se a sua elaboração para se proceder em conformidade. A transição do Plano de Valorização para o Plano de Co-gestão será, à partida simples e de fácil execução</p> <p>É necessário elaborar um regulamento interno que poderá ter por base o documento de "Reflexão sobre o modelo de Gestão Colaborativa: o caso do Projeto Piloto do PNTI"</p>

	Modelo de co-gestão das áreas protegidas Dec. Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto	Projeto Piloto Gestão Colaborativa do PNTI	Observações
Projetos e Ações	<p>a) Promoção de atividades económicas desenvolvidas na área protegida compatíveis com a proteção dos valores e recursos naturais em presença;</p> <p>b) Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres, cicláveis e equestres;</p> <p>c) Interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais;</p> <p>d) Promoção de atividades que potenciem o turismo e o desporto de natureza;</p> <p>e) Promoção de bens produzidos com recursos endógenos;</p> <p>f) Promoção da inovação tecnológica, económica e social nas práticas aplicadas à manutenção das atividades e produtos tradicionais;</p> <p>g) Fomento de novas atividades e produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais existentes</p> <p>h) Promoção da marca Natural.pt</p> <p>i) Informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território</p> <p>j) Aprofundamento da gestão colaborativa;</p> <p>k) Promoção do sentido de pertença das populações e dos atores chave;</p> <p>l) Internacionalização do território.</p>	<p>Foram definidos 4 áreas chave:</p> <p>1- Identidade do PNTI: Comunicação, criação e promoção de identidade</p> <p>2- Gestão Cinegética e Conservação da Natureza: Conservação da Natureza e adaptação às alterações climáticas</p> <p>3- Desenvolvimento económico sustentado: Desenvolvimento sustentável e valorização do território</p> <p>4- Envolvimento dos atores-chave: Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave</p> <p>Cada uma das áreas-chave corresponde a um eixo estratégico. Para cada eixo estratégico foi definido um conjunto de medidas, que se traduzem em ações concretas no terreno. Das 20 medidas listadas, foram postas em prática 8 medidas, 5 medidas implementadas através de 3 projetos financiados pelo Fundo Ambiental, 2 medidas implementadas através do trabalho da coordenadora técnica</p>	<p>De um modo geral, as ações propostas pelo novo modelo de co-gestão das áreas protegidas, estão esplanadas nas medidas identificadas no Plano de Atuação do PNTI, pode reduzir-se o número de medidas e focar nos 3 pilares preconizados pelo novo modelo de co-gestão: Promoção, Valorização e Sensibilização assim como nos temas dos grupos temáticos entretanto criados nas sessões participativas. O tema relativo à compatibilização da Gestão Cinegética com a Conservação da Natureza é o que tem sido mais trabalhado e obtido resultados concretos no terreno.</p>
Participação pública	<p>a) Consultas públicas;</p> <p>b) Inquéritos de opinião;</p> <p>c) Divulgação prévia das medidas a implementar;</p> <p>d) Sessões participativas.</p>	<p>a) 1 Consulta pública;</p> <p>b) 2 Inquéritos de opinião;</p> <p>c) 13 reuniões nas aldeias do PNTI para divulgação prévia das medidas a implementar;</p> <p>d) 3 Sessões participativas.</p>	<p>A participação pública foi o foco do trabalho do Projeto Piloto desde o seu início sendo que será fácil continuar a sua implementação</p>
Monitorização	<p>Indicadores de realização</p>	<p>Indicadores de monitorização do Plano de Atuação</p>	<p>Existem indicadores de monitorização previstos no Plano de Valorização, mas deverão ser trabalhados em conformidade com os indicadores apresentados pelo ICNF e aprovados por portaria dos membros do Governo (das áreas das autarquias locais e da conservação da natureza)</p>

5. Plano de Atuação: projetos e acções

Na sua essência, o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 pretende agregar, em torno da estratégia definida, o conjunto de projetos e acções consideradas importantes para o PNTI, que cada uma das sete entidades intervenientes no processo prioriza e pretende concretizar conjuntamente, partilhando de um mesmo objetivo: **Valorizar o PNTI**.

5.1. Eixos estratégicos do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022

Com base na identificação das áreas-chave de desenvolvimento prioritário no âmbito do Projeto Piloto (identificadas no capítulo 5. do presente documento), e tendo em conta as principais questões identificados pelos atores chave do PNTI (elencadas no capítulo 6. do presente documento) para o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 foram definidos quatro eixos de atuação prioritários, indicados na tabela seguinte:

Tabela 10- Áreas-chave e eixos estratégicos do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022.

Áreas-chave de desenvolvimento prioritário	Eixos Estratégicos
IDENTIDADE DO PNTI	Eixo 1 – Comunicação, criação e promoção de identidade
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, GESTÃO CINEGÉTICA E A AGRO-PECUÁRIA NUM CONTEXTO DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Eixo 2 – Equilíbrio entre a gestão cinegética e a agro-pecuária com a conservação da natureza
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTADO	Eixo 3 - Desenvolvimento sustentável e valorização do território
ENVOLVIMENTO DOS ATORES CHAVE	Eixo 4 - Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave

Para estes quatro eixos de atuação estratégicos estabeleceram-se objetivos gerais e específicos, tendo-se posteriormente elencado diversas medidas, que se apresentam seguidamente.

5.2. Medidas previstas

5.2.1. Eixo 1 - Comunicação, criação e promoção de identidade

É fundamental desenvolver um sentimento de pertença e apropriação do território, por parte das populações residentes e dos atores que exercem a sua atividade no PNTI, para que se consigam atingir os objetivos de conservação e promoção dos valores naturais aí existentes e o desenvolvimento sustentável da região. A comunicação interna e externa espelha a identidade do Parque Natural, contribuindo assim para a sua divulgação e consolidação.

Objetivo geral

Reforçar a identidade territorial do PNTI, fomentar o sentimento de pertença a este território, assim como comunicar, promover e divulgar o Parque Natural, interagindo com os diferentes públicos-alvo intervenientes neste território (as populações locais, os visitantes, as escolas, os investigadores, comunicação social, etc.).

Objetivos específicos

- 1- Desenvolver a comunicação do PNTI a nível local, nacional e internacional;
- 2- Implementar iniciativas de divulgação dos objetivos do PNTI, dentro e fora da Área Protegida, através da dinamização e/ou participação em feiras e certames, sessões de esclarecimento, mesas temáticas, reuniões sectoriais, agrupamentos de escolas entre outras;
- 3- Promover o reforço da identidade da população com o território, sensibilizando os residentes para a importância de viverem dentro de um Parque Natural, não só para a conservação do património natural, mas também para as oportunidades que podem daí advir.

Medida 1.1.

Elaborar e implementar um plano de comunicação para o PNTI a nível local, nacional e internacional;

Medida 1.2.

Criar um diagnóstico social relativamente à identidade do PNTI;

Medida 1.3.

Elaborar materiais promocionais e informativos inovadores sobre o PNTI em, pelo menos, três línguas (português, espanhol e inglês).

5.2.2. Eixo 2 – Equilíbrio entre a gestão cinegética e a agro-pecuária com a Conservação da Natureza

A criação do PNTI justificou-se pela necessidade de promover a conservação de valores naturais de relevante importância, pelo que é essencial corrigir os processos que possam conduzir à sua degradação, assim como conhecer, monitorizar e recuperar o património natural, prestando particular atenção aos processos de adaptação da biodiversidade às alterações climáticas. Igualmente relevante é o reconhecimento e valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas presentes neste território.

Inverter a perda, manter e conhecer melhor a bio e geodiversidade deste território, que são o fator diferenciador e valorizador incontornável desta região, é uma responsabilidade para assegurar o legado geracional deste património natural.

Objetivo geral

Promover uma gestão equilibrada do património natural (biológico e geológico) do PNTI, e uma monitorização adequada que permita avaliar e adequar as medidas necessárias para a sua conservação. Pretende-se ainda implementar medidas que contribuam para a adaptação da biodiversidade existente às alterações climáticas, contribuindo ainda para a construção da identidade, e valorização da economia, sendo este o eixo base para o desenvolvimento dos restantes 3 eixos de ação deste documento.

Objetivos específicos

- 1- Conservar e valorizar o património natural e paisagístico do PNTI através de um correto ordenamento, conforme as potencialidades de cada tipologia de espaço, tendo em vista a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável das espécies, *habitats* e ecossistemas;
- 2- Promover a investigação científica e o conhecimento dos ecossistemas, bem como a monitorização dos seus *habitats* naturais e das populações das espécies de fauna e flora, contribuindo para assegurar uma correta estratégia de conservação e gestão dos valores naturais do PNTI;
- 3- Desenvolver ações que promovam a adaptação da biodiversidade às alterações climáticas, baseada numa visão estratégica alargada e com base em conhecimento sólido sobre os indícios observados no PNTI.

Medida 2.1.

Implementar ações de conservação e gestão de espécies prioritárias e dos respetivos *habitats*;

Medida 2.2.

Elaborar e implementar um plano de ação que compatibilize, de forma equilibrada, a gestão cinegética e a conservação da natureza;

Medida 2.3.

Desenvolver estudo que vise a implementação de ações de melhoria do *habitat* para a ictiofauna no rio Erges;

Medida 2.4.

Requalificar as áreas de eucaliptais, compatibilizando a sua utilização com os objetivos de conservação da natureza;

Medida 2.5.

Desenvolver e promover um plano de investigação e monitorização de valores naturais, em particular da avifauna, devidamente articulado com o Parque Natural del Tajo Internacional (Espanha);

Medida 2.6.

Garantir uma correta articulação e cooperação transfronteiriça na exploração sustentável e conservação dos recursos e valores naturais;

Medida 2.7.

Monitorizar e controlar espécies exóticas invasoras que possam comprometer a conservação de espécies ameaçadas;

5.2.3. Eixo 3 - Desenvolvimento sustentável e valorização do território

Com o desenvolvimento sustentável da região onde se integra o PNTI, através do estímulo e dinamização de iniciativas que integrem as suas componentes naturais, sociais, culturais e económicas, pretende-se que a Área Protegida seja palco potenciador deste desenvolvimento e não um fator limitador.

É essencial promover a transição para uma economia circular que assegure o desenvolvimento económico, a melhoria das condições de vida e de emprego, bem como a regeneração e valorização do capital natural, apostando-se na diferenciação positiva deste território, valorizando os recursos endógenos, acompanhando de perto e ajustando as atividades humanas à conservação dos valores naturais, em particular dos elementos diferenciadores que a potenciam. Face à proximidade deste território com a fronteira, é inevitável e relevante a cooperação com Espanha.

Objetivo geral

Promover a manutenção do equilíbrio entre as atividades humanas e a salvaguarda do património natural coexistentes no PNTI, contribuindo para a diferenciação positiva do território.

Objetivos específicos

- 1- Apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico e o bem-estar das populações residentes no PNTI em harmonia com a conservação da natureza;
- 2- Promoção de produtos locais diferenciados e de qualidade
- 3- Ordenar e disciplinar as atividades turísticas e recreativas realizadas no PNTI, de forma a evitar a degradação do património da região e a permitir o seu uso sustentável;
- 4- Melhorar as condições de visitação do PNTI com a criação de pontos de atração específicos, com infraestruturas adequadas e a criação de um destino turístico na área do Tejo Internacional mediante o desenvolvimento de produtos turísticos baseados em valores ambientais e culturais do território (observa o de fauna e flora, turismo gastronómico, turismo cultural...),
- 5- Valorizar e salvaguardar o património natural, arquitetónico, arqueológico e etnográfico da região, promovendo a sua divulga o;
- 6- Promover a coopera o territorial transfronteiriça e com outras regi es do país, quer ao nível do turismo, quer da conserva o da natureza.

Medida 3.1.

Criar e promover a manutenção de uma rede de equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo e lazer que melhorem as condições de visitação do PNTI;

Medida 3.2.

Melhorar a sinalética do PNTI (a de aproxima o nos seus principais acessos e a relativa às condicionantes nas áreas em que são interditas algumas atividades) e delimitar e sinalizar os percursos pedestres existentes (coloca o de mapas com circuitos e pontos de visita o);

Medida 3.3.

Elaborar uma ferramenta que, tendo por base os valores naturais, identifique as potencialidades do território para a prática de atividades de anima o turística e lazer;

Medida 3.4.

Promover a adesão à marca Natural.PT;

Medida 3.5.

Iniciar o processo de implementa o da Carta Europeia de Turismo Sustentável para o PNTI;

Medida 3.6.

Promover projetos transfronteiriços de desenvolvimento de produtos turísticos que incluam o património histórico-cultural da região.

5.2.4. Eixo 4 - Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave

Um Parque Natural também é feito das pessoas que nele vivem. Com base nesta premissa é fundamental assegurar a capacitação e a participação ativa das populações residentes e dos atores que exercem a sua atividade no PNTI.

Só assim se garantirá o desenvolvimento sustentável do PNTI e da região onde se integra esta Área Protegida. Pois, ao garantir informação, sensibilização e formação de todos estes atores, promove-se a participação da sociedade civil na gestão, que se pretende colaborativa, na conservação dos valores naturais, bem como o protagonismo e a corresponsabilidade da comunidade nos resultados alcançados.

Objetivo geral

Promover a sensibilização, formação e capacitação dos agentes que vivem e intervêm no território afeto ao PNTI. Desenvolver e implementar programas formativos específicos, sobre temas relevantes para este território, dirigidos a diferentes públicos-alvo, sensibilizando-os e dotando-os de conhecimentos e ferramentas importantes para se alcançarem os objetivos que estiveram na base da classificação do Parque Natural. Fomentar a participação e o envolvimento na gestão, através de fóruns de discussão sobre temáticas relevantes para a conservação da natureza e para as atividades económicas.

Objetivos específicos

- 1- Desenvolver e implementar modelos de gestão participativa e colaborativa;
- 2- Fomentar a participação das partes interessadas através de ações de formação e sensibilização;
- 3- Estimular a formação e a capacitação dos atores chave e criação de fóruns de discussão;

Medida 4.1.

Preparar e executar um plano de gestão participativa, garantindo o envolvimento da população local e partes interessadas na gestão do território do PNTI;

Medida 4.2.

Desenvolver um plano de sensibilização ambiental para a população local, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes favoráveis à conservação dos valores naturais e à vivência no PNTI;

Medida 4.3.

Dinamizar encontros científicos sobre temas que constituem ameaças ao PNTI, no sentido de constituir posteriores equipas de trabalho;

Medida 4.4.

Promover ações de formação para capacitação dos atores chave (dos sectores do turismo, agricultura, silvicultura, produção e comercialização de produtos locais), de forma a compatibilizar as atividades socioeconómicas com os objetivos de conservação da natureza.

O Plano de Atuação sistematiza as 20 medidas a desenvolver, no período 2018-2022, para alcançar os objetivos propostos para o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022. Estas medidas distribuem-se da seguinte forma pelos quatro eixos estratégicos:

- Eixo 1: 3 medidas;
- Eixo 2: 7 medidas;
- Eixo 3: 6 medidas;
- Eixo 4: 4 medidas.

Na tabela 11 apresenta-se um resumo do Plano de Atuação, em que são atribuídos níveis de prioridade para a implementação das medidas definidas (1 - prioridade máxima; 2 – prioridade média). Note-se que das 20 medidas identificadas, 14 são consideradas prioritárias, 5 das quais começaram a ser implementadas em 2018.

Para cada uma das 20 medidas constantes do Plano de Atuação estão a ser elaboradas fichas, em que é especificada, para cada uma delas, a seguinte informação: objetivo; ações propostas; justificação; entidades envolvidas; estimativa de investimento; cronograma financeiro; resultado esperado; indicadores de resultado. Estas fichas constituem uma primeira base para cada um dos projetos referentes às ações a desenvolver.

Tabela 11- Resumo do Plano de Atuação 2018-2022

Eixos	Medidas		Prioridade	Entidade coordenadora
Eixo 1 - Comunicação, criação e promoção de identidade	Medida 1.1.	Elaborar e implementar um plano de comunicação para o PNTI a nível local, nacional e internacional	1	PPGCPNTI ¹
	Medida 1.2.	Criar um diagnóstico social relativamente à identidade do PNTI	1	PPGCPNTI
	Medida 1.3.	Elaborar materiais promocionais e informativos inovadores e em, pelo menos, 3 línguas (português, espanhol e inglês)	1	PPGCPNTI
Eixo 2 - Conservação da Natureza e adaptação às alterações climáticas	Medida 2.1.	Implementar ações de conservação e gestão de espécies prioritárias e dos respetivos <i>habitats</i>	1	ICNF
	Medida 2.2.	Elaborar e implementar um plano de ação que compatibilize, de forma equilibrada, a gestão cinegética e a conservação da natureza	1	PPGCPNTI
	Medida 2.3.	Desenvolver estudo que vise a implementação de ações de melhoria do <i>habitat</i> para a ictiofauna no rio Erges	1	ICNF
	Medida 2.4.	Requalificar as áreas de eucaliptais, compatibilizando a sua utilização com os objetivos de conservação da natureza	1	ICNF
	Medida 2.5.	Desenvolver e promover um plano de investigação e monitorização de valores naturais, em particular da avifauna	1	ICNF
	Medida 2.6.	Garantir uma correta articulação e cooperação transfronteiriça na exploração sustentável e conservação dos recursos e valores naturais	1	ICNF
	Medida 2.7.	Monitorizar e controlar espécies exóticas invasoras que possam comprometer a conservação de espécies ameaçadas	2	ICNF
Eixo 3 - Desenvolvimento sustentável e valorização do território	Medida 3.1.	Criar e promover a manutenção de uma rede de equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo e lazer que melhorem as condições de visitaçao do PNTI	1	PPGCPNTI
	Medida 3.2.	Melhorar a sinalética do PNTI e delimitar e sinalizar os percursos pedestres existentes	1	PPGCPNTI
	Medida 3.3.	Elaborar uma ferramenta que, tendo por base os valores naturais, identifique as potencialidades do território para a prática de atividades de animação turística e lazer	2	ICNF
	Medida 3.3.	Promover a adesão à marca Natural.PT	1	ICNF
	Medida 3.5.	Iniciar o processo de implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável para o PNTI	2	PPGCPNTI
	Medida 3.6.	Promover projetos transfronteiriços de desenvolvimento de produtos turísticos que incluam o património histórico-cultural da região	2	PPGCPNTI
Eixo 4 - Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave	Medida 4.1.	Preparar e executar um plano de gestão participativa, garantindo o envolvimento da população local e partes interessadas na gestão do território do PNTI	1	PPGCPNTI
	Medida 4.2.	Desenvolver um plano de sensibilização ambiental para a população local, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes favoráveis para a conservação dos valores naturais e para a vivência no PNTI	1	PPGCPNTI
	Medida 4.3.	Dinamizar encontros científicos sobre temas que constituem ameaças ao PNTI, no sentido de constituir posteriores equipas de trabalho	2	PPGCPNTI
	Medida 4.4.	Promover ações de formação para capacitação dos atores chave, de forma a compatibilizar as atividades socioeconómicas com os objetivos de conservação da natureza	2	PPGCPNTI

PPGCPNTI- Parceiros do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional

5.3. Execução do Plano de Atuação

Na tabela 11 são identificadas as entidades responsáveis pela execução de cada uma destas 20 medidas, de entre as sete que assinaram o Protocolo de Colaboração de 18 de abril de 2017.

Não obstante todas estas sete entidades terem corresponsabilidade na execução destas medidas, a responsabilidade de coordenação da sua implementação e o respetivo sucesso dependerão do empenho que cada entidade atribuirá à medida que ficou a seu cargo. Algumas destas ações poderão ser complementadas por atividades desenvolvidas por outras entidades, públicas ou privadas, que não subscreveram este Protocolo de Colaboração.

5.4. Indicadores de monitorização

Para cada um dos quatro eixos estratégicos foi definido um indicador anual, com o qual será possível aferir se as medidas desenvolvidas no âmbito do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 estão a contribuir para um melhor desempenho nas áreas-chave definidas como prioritárias no PNTI.

Para avaliar os resultados verificados para cada um dos quatro indicadores será definido, logo à partida e para o ano 2018, o designado como “situação de referência”, ou seja, o referencial antes do início da implementação de qualquer das medidas definidas.

Não obstante essa comparação de desempenho anual, face à “situação de referência”, para cada indicador foram também definidas metas, que anualmente cumpre atingir.

Na tabela 12 apresentam-se os indicadores de monitorização anual e as respetivas metas.

Tabela 12- Indicadores de monitorização anual e metas do Plano de Atuação, para o período 2018-2022.

Eixos Estratégicos [Áreas-chave]	Indicadores	“Situação de referência”- 2018	META	2019	2020	2021	2022
Eixo 1 - Comunicação, criação e promoção de identidade [IDENTIDADE]	- Ações de promoção e divulgação do PNTI -Referencias na comunicação social	*a definir	- a definir				
Eixo 2 - Conservação da Natureza e adaptação às alterações climáticas [GESTÃO CINEGÉTICA]	-Indicadores biológicos -nº de estudos e espécies acompanhadas - Sucesso reprodutivo das espécies ameaçadas - Efectivos ou tendências populacionais	a definir	- a definir				
Eixo 3 - Desenvolvimento sustentável e valorização do território [DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTADO]	Nº de <u>novos</u> aderentes à marca Natural.PT (produtos e serviços)	6 aderentes	20	10	10	5	5
Eixo 4 - Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave [ENVOLVIMENTO DOS ATORES CHAVE]	- Nº de horas de formação - Nº de ações de sensibilização - Nº de participantes - Nº de formandos certificados	0	120 pessoas 100h/ano				

Estes indicadores, de reporte anual, serão analisados na 1ª reunião do Conselho de Gestão do ano seguinte, de modo a avaliar os resultados obtidos e a verificar se as medidas implementadas no âmbito do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022 estão a ser eficazes e se, face ao investimentos havidos e às ações executadas, se está a atuar no território do PNTI conforme definido estrategicamente.

Caso hajam desvios negativos e significativos face às metas definidas, o Conselho de Gestão deverá proceder à identificação de medidas adicionais para integração no Plano de Atuação. Estas medidas deverão ser conducentes à correção dos desvios verificados, tendo em conta os objetivos (geral e específicos) definidos para cada um dos quatro eixos estratégicos.

As metas definidas para cada um desses indicadores também deverão ser avaliadas e reequacionadas anualmente, caso se justifique, pelo Conselho de Gestão.

Toda esta informação será amplamente divulgada e os resultados alcançados discutidos em fóruns com a população local e os atores chave.

5.5. Projetos desenvolvidos no biénio 2018-2019

A 26 de Setembro de 2018 foram assinados 2 protocolos de colaboração entre o Fundo Ambiental, a Quercus e o IPCB.

A atribuição dos projetos às duas entidades referidas foi acordada em reunião do Conselho de Gestão realizada em 20 de julho de 2018. Ambos os projectos enquadram-se no âmbito do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI e foram concebidos ao abrigo do estipulado no Despacho do Gabinete do Ministro do Ambiente n.º 4237/2018, de 26 de abril.

“Compatibilizar a Gestão Cinegética com a Conservação da Natureza no Parque Natural do Tejo Internacional”

Visou concretizar a medida de ação 2.2. definida no Plano de Atuação 2018-2022, que consta no presente documento.

O projeto foi liderado pela Quercus- Associação Nacional de Conservação da Natureza, um dos sete parceiros do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI, conforme acordado em reunião do Conselho de Gestão realizada em 20 de julho de 2018. Este projeto teve como objetivo geral implementar ações direcionadas para a gestão cinegética no PNTI, de forma a garantir a sua compatibilização com a conservação da natureza e biodiversidade presente neste território

“Promover e Valorizar o Parque Natural do Tejo Internacional”

Pretendeu concretizar as medidas de ação 1.1, 3.1 e 3.2, definidas no Plano de Atuação 2018-2022, que consta no presente documento. Este projeto é liderado pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), um dos sete parceiros do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI. O presente projeto teve como objetivo geral promover e melhorar as condições de visitação do PNTI, expressas através de um sistema de identidade visual e de um sistema de orientação e informação coerentes e consentâneos com os objetivos de comunicação que se pretendem desenvolver neste território.

Houve ainda uma medida que não careceu de desenvolvimento de projeto, uma vez que a sua implementação decorreu da actividade corrente do Projeto Piloto e de contacto com os atores chave do território do PNTI, trata-se da *Medida 3.4. Promover a adesão à marca Natural.PT*;

Compatibilizar a gestão cinegética com a conservação da natureza no PNTI

O presente projeto – “Compatibilizar a gestão cinegética com a conservação da natureza no PNTI” enquadra-se no âmbito do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI e foi concebido ao abrigo do estipulado no Despacho do Gabinete do Ministro do Ambiente n.º 4237/2018, de 26 de abril.

Enquadramento

A Península Ibérica é um importante reduto das populações de aves necrófagas da União Europeia, como o grifo (*Gyps fulvus*), o abutre-do-Egipto (*Neophron percnopterus*), o abutre-preto (*Aegypius monachus*) e o quebra-ossos (*Gypaetus barbatus*), que atualmente já só pode ser observado em algumas regiões de Espanha. Estas aves possuem hábitos tróficos, total ou parcialmente necrófagos, e estão incluídas nas categorias de estatuto ameaçado em Portugal, e algumas delas na Europa.

Uma vez que estas populações obtinham grande parte do seu alimento das carcaças de gado que eram abandonadas no terreno e que o atual Sistema de Recolha de Animais Mortos na Exploração (SIRCA) restringiu grande parte da alimentação destas aves, torna-se imprescindível a criação e a gestão de campos de alimentação dirigidos para as espécies de aves necrófagas acima referidas, de modo a garantir a conservação das suas populações (reprodutoras e invernantes) no PNTI.

Face à problemática associada à escassez de alimento para as aves necrófagas na área do PNTI e às dificuldades na recolha dos animais mortos em exploração, o grupo de trabalho “Gestão Cinegética e Conservação da Natureza” considerou muito relevante implementar um sistema de recolha destes animais e dos seus subprodutos, de origem pecuária ou cinegética, para posteriormente poderem ser utilizados na alimentação das aves necrófagas. Complementarmente, este sistema de recolha a implementar constituiria um apoio aos produtores pecuários e às entidades gestoras de zonas de caça, disponibilizando uma forma adequada e acessível de eliminação das carcaças de animais mortos resultantes da sua atividade.

Com este sistema será possível assegurar a estabilidade no **fornecimento de alimentação suplementar da avifauna necrófaga**, nomeadamente da nidificante, no território do Tejo Internacional, que inclui populações relevantes de espécies prioritárias, como é o caso do abutre-preto, do abutre do Egito, e até do milhafre real (*Milvus milvus*) e do milhafre-preto (*Milvus migrans*). Permitirá também melhorar a produtividade reprodutora destas populações e a fixação de novos casais nidificantes, e mitigar os efeitos da diminuição de alimento disponível, decorrente do abandono das práticas agropecuárias.

Atualmente existem quatro campos alimentação de aves necrófagas que estão localizados: no Monte Barata; nos Alares; na Herdade da Poupa; e na Herdade do Vale da Morena. Existe ainda um campo de alimentação na Serra da Achada associado ao Monumento Natural das Portas de Ródão. A criação daquele sistema e a gestão integrada destes campos de alimentação existentes no território, estão alinhadas com o Plano Nacional para a Conservação das aves necrófagas de Portugal. Para além dos aspetos relacionados com a melhoria do estado de conservação das populações de avifauna necrófaga, o sistema de recolha contribuirá para a qualificação higio-sanitária do território.

No território do PNTI as populações de cervídeos têm uma expressão assinalável e consistem numa importante fonte alimentar para as espécies de aves necrófagas nidificantes. Por outro lado, o veado (*Cervus elaphus*) consiste na principal espécie cinegética de caça maior e a prática ordenada da atividade cinegética desta espécie constitui uma atividade económica relevante para territórios de baixa densidade demográfica como o do Tejo Internacional. Acresce ainda a atratividade destas espécies para a fotografia e a observação. Neste contexto, os cervídeos apresentam grande potencial na promoção do turismo ligado à natureza.

Um dos constrangimentos identificados, durante a elaboração do Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, foi a falta de **estudos recentes relativamente à população de cervídeos** (veado, corço *Capreolus capreolus* e gamo *Dama dama*) existente no PNTI, em particular das populações de veado. Por este facto é fundamental a atualização dos dados científicos referentes a estas espécies.

Sendo um dos objetivos do Plano de Valorização do PNTI, o envolvimento dos atores locais mais relevantes na gestão participativa do território PNTI de forma a assegurar a valorização desta área protegida e a salvaguarda dos seus valores naturais, é necessária uma maior relação de proximidade, sensibilização, capacitação e envolvimento, não só dos cidadãos, mas também dos proprietários e dos gestores cinegéticos. Neste sentido, devem também ser implementadas ações que garantam a **sensibilização e a formação destes atores chave**, de forma gradual e sistemática.

Objetivo geral

O presente projeto tem como objetivo geral implementar ações direcionadas para a gestão cinegética no PNTI, que garantam a sua compatibilização com a conservação da natureza e biodiversidade presente neste território.

Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste projeto focam-se em três ações distintas:

- **Ação 1 – Boas práticas na recolha de animais mortos na exploração pecuária e cinegética para alimentação de aves necrófagas**

Através desta ação criou-se um sistema de recolha de animais mortos em exploração dentro da área do PNTI, mais eficaz e complementar ao sistema atual. Este sistema deve fazer ligação direta com os campos de alimentação de aves necrófagas, tornando-se numa fonte de abastecimento dos mesmos. Desta forma, pretende-se facilitar a eliminação das carcaças animais provenientes das atividades locais, e satisfazer as necessidades tróficas das populações de aves necrófagas, de forma a evitar, não só os eventuais ataques de grifos ao gado, mas também a dispersão das populações e a entrada das aves imaturas com sintomas de desnutrição nos centros de recuperação.

Dos campos de alimentação existentes, está previsto serem utilizados, numa fase inicial: o do Monte Barata, que fará a cobertura das freguesias de Malpica do Tejo e Monforte da Beira; o dos Alares que fará a cobertura da freguesia do Rosmaninhal, de Segura e de Salvaterra do Extremo; e o da Serra da Achada que fará a cobertura do concelho de Vila Velha de Ródão. Além disso, e como medida integrante desta ação, pretende-se reabilitar os campos de alimentação de aves necrófagas que não se encontram funcionais e adquirir materiais de apoio, bem como a aquisição de uma viatura equipada e licenciada para este tipo de ações.

Após a fase de implementação deste sistema de recolha, pretende-se que a continuidade do sistema possa ser assegurada pelos Municípios e por todos os parceiros envolvidos (produtores pecuários, entidades gestoras de caça, entre outros).



Figura 25- Carrinha do Sistema de Alimentação de Aves Necrófagas do Tejo Internacional

- **Ação 2 – Estudo da população de cervídeos**

Com esta ação pretende-se conhecer a atual situação da população de cervídeos da região, para que futuramente, através de dados científicos concretos, seja possível implementar medidas de gestão que permitam compatibilizar a sua conservação com o seu aproveitamento cinegético racional e sustentável. Além disso, pretende-se avançar com uma avaliação do estado sanitário dos cervídeos da região, através da recolha de amostras biológicas.

O desenvolvimento desta ação é crucial para regular o número de indivíduos e a estrutura etária da população, de forma a garantir um maior equilíbrio da população de cervídeos e também, caso seja necessário, o controlo da mesma para minimização dos alegados prejuízos nas atividades humanas tradicionais.

A realização deste estudo permitirá a monitorização ao longo do tempo das populações de cervídeos do PNTI e o desenvolvimento de outros trabalhos científicos dentro de diversas áreas de estudo, nomeadamente ecologia trófica, caracterização e utilização do habitat, comportamento reprodutivo, impacto nas atividades económicas rurais, entre outras.



Figura 26- Censos de veado em julho 2019

- **Ação 3 – Ações de sensibilização e envolvimento dos atores chave**

Com esta ação pretende-se sensibilizar os atores chave (habitantes locais, proprietários, produtores agropecuários, gestores cinegéticos e caçadores) para a importância da exploração racional dos recursos faunísticos naturais, através da formação e capacitação dos mesmos. Nas várias sessões, através de cursos de formação específica, *workshops*, ações formação e de sensibilização, criação de material didático, entre outras, será salientada a necessidade de uma gestão ordenada e compatível com os diferentes usos do território, agrícolas ou não, e que simultaneamente assegure a conservação da natureza e da biodiversidade.

Neste sentido, e com base em conhecimentos científicos atualizados, procurar-se-á desenvolver competências de reflexão, de aprendizagem e de partilha constante de conhecimentos.



Figura 27- Sessão de esclarecimento e recrutamento de parceiros do SAANTI

Promover e valorizar o PNTI

O projeto – “**Promover e valorizar o PNTI**”, que pretende concretizar as medidas de ação 1.1, 3.1 e 3.2, definidas no Plano de Valorização do PNTI 2018-2022.

Este projeto foi liderado pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), um dos sete parceiros do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI, conforme acordado em reunião do Conselho de Gestão do Projeto Piloto, realizada em 20 de julho de 2018.

O presente projeto – “Promover e valorizar o PNTI” enquadra-se no âmbito do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNTI e foi concebido ao abrigo do estipulado no Despacho do Gabinete do Ministro do Ambiente n.º 4237/2018, de 26 de abril.

Enquadramento

No sentido de promover e valorizar o PNTI, encontrou-se na disciplina do *design* de comunicação, mais especificamente na área de identidade visual e no design de informação, uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento de meios e suportes que potenciem a divulgação, promoção e valorização deste território, em harmonia com os princípios fundamentais da conservação da natureza e da biodiversidade.

Pretende-se, assim, desenvolver uma estratégia de comunicação adequada ao PNTI e seus territórios, que permita alcançar os objetivos definidos de valorização e salvaguarda do património natural (bio e geodiversidade), arquitetónico, arqueológico e etnológico da região, promovendo a sua divulgação, bem como desenvolver os meios para os concretizar. Para promover e melhorar as condições de visitação pretende-se definir um vasto conjunto de meios, que passam pelo desenvolvimento da identidade visual corporativa e, a partir desta, a elaboração de um sistema de informação e orientação para o PNTI.

Assim, o projeto visa propor a oes que permitam a manutenção e melhoria da sinalética, a instalação de painéis informativos, bem como promover e melhorar as condições de visitação do PNTI, de acordo com os objetivos de comunicação a desenvolver.

Face   problemática associada a uma escassez de meios de promoção e divulgação do PNTI em suportes digitais e impressos, como sejam um sítio na internet específico para promoção, presença nas redes sociais, vídeos promocionais, mapas, brochuras, guias, fichas de exploração didática, edições temáticas ou livros, entre muitos outros, definiu-se como ponto de partida o estudo e desenvolvimento de uma linguagem gráfica para a identidade visual desta área protegida, capaz de ser transposta para outros meio e para o sistema de orientação e informação.

Objetivo geral

O presente projeto tem como objetivo geral promover e melhorar as condições de visitação do PNTI, expressas através de um sistema de identidade visual e de um sistema de orientação e informação coerentes e consentâneos com os objetivos de comunicação que se pretendem desenvolver neste território.

Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste projeto repartem-se em duas grandes áreas de intervenção:

1. Desenvolvimento e implementação de sistema de identidade visual do PNTI

Este objetivo específico envolverá as seguintes ações:

- Elaboração de um sistema de identidade visual;
- Produção de conteúdos para os múltiplos meios de comunicação e sistema de sinalética;
- Produção dos meios.

2. Desenvolvimento e implementação de sistema de informação e orientação do PNTI

Este objetivo específico envolverá as seguintes ações:

- Levantamento no território, incluindo a identificação e georreferenciação dos espaços a intervir, dos percursos pedestres e eventual proposta de criação de novos percursos;
- Definição do sistema de informação e orientação do PNTI, planos de circulação e conceção gráfica;
- Pré-produção dos suportes de sinalética e informação, bem como a elaboração do respetivo caderno de encargos;
- Produção, implementação e manutenção no terreno de suportes gráficos, equipamentos e mobiliário urbano.

No que respeita ao sistema de informação e orientação do PNTI, será desenvolvido um programa que abrange três áreas: a informação, a interpretação e a orientação de turistas e visitantes no território abrangido.



Figura 28- Alguns dos elementos produzidos pelo IPCB: brochuras temáticas e painel interpretativo

Informação

Desenvolvimento de um conjunto de meios diversos que visem a promoção e melhoria das condições de visitação, bem como a definição de pontos informativos / postos de turismo por concelho, que apoiem a tomada de decisão de turistas e visitantes e informem de modo digital, impresso ou presencial sobre pontos de interesse, rotas, infraestruturas, produtos ou serviços disponíveis no território.

Interpretação

Criação de um sistema interpretativo, seja analógico ou digital, disperso pelo PNTI, desde as suas “portas” de entrada, até aos locais com elevado interesse natural ou paisagístico, onde serão definidos espaços interpretativos nas sedes de concelho (tipo Centros de Interpretação do Parque Natural), pontos informativos dos locais de interesse (totens interpretativos), placas interpretativas nos locais de interesse com descrição da fauna, flora e espécies, entre outros suportes que promovam a interpretação e educação ambiental.

Orientação

Conceção e implementação de um sistema de orientação expresso através de suportes de sinalização e sinalética específica, corporizados na sinalização rodoviária e em concreto na sinalização turístico-cultural (desde painéis T2 a aplicar em autoestrada a sinais de direção com indicação geográfica e ecológica), bem como o desenvolvimento e aplicação de sinalética própria para orientação de pequenas rotas ou percursos interpretativos.

5.6. Projetos definidos no Plano de Atuação 2020

Ao longo do primeiro semestre de 2019 foram discutidos e desenvolvidos, quer nas reuniões do Conselho de Gestão, quer em reuniões bilaterais com os parceiros do Projeto Piloto, os projetos a levar a cabo em 2019. Considerando o Plano de Valorização do PNTI 2018-2022, previamente objecto de consulta pública, no qual estão identificadas, as medidas prioritárias que importa implementar no PNTI. O Conselho de Gestão do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional aprovou na sua 17ª reunião, no passado dia 16 de janeiro, o Plano de Atuação de 2019 e concorda com a necessidade de dar continuidade às ações previstas no Plano de Valorização 2018-2022, tendo já selecionado os projetos que devem ser implementados em 2020. No seguimento das 3 sessões participativas que decorreram a 29 de novembro de 2018, 16 de janeiro e 19 de março de 2019, envolvendo mais 180 pessoas, foram identificados novos desafios que agregam um conjunto de ações consideradas importantes para este território, partilhando sempre do mesmo objetivo - Valorizar o PNTI.

Assim, cada uma das sete entidades intervenientes no Projeto Piloto prioriza e pretende concretizar conjuntamente seis novos projetos em 2019, que integram o **Anexo 12**:

1. Sinalização Turístico-cultural e de Património;
2. Criação do Roteiro Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Parque Natural do Tejo Internacional;
3. Prossecução do projeto Compatibilizar a Gestão Cinegética com a Conservação da Natureza no Parque Natural do Tejo Internacional;
4. Investigação e monitorização de espécies emblemáticas do PNTI: estepárias (cortiçóis, sisão, abetarda, calhandra real) e rupícolas (cegonha preta e britango);
5. Elaboração e implementação de um plano de sensibilização ambiental para a população local;
6. Execução do plano de formação para capacitação e sensibilização dos atores chave.

Pretende-se que estes projetos sejam financiados pelo Fundo Ambiental, estando-se ainda a aguardar uma portaria de extensão de encargos do Ministério das Finanças, uma vez que os projetos são plurianuais.

5.7. Potenciais fontes de financiamento

Os projetos implementados através do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional poderão ser financiados por verbas disponibilizadas, anualmente, pelo Fundo Ambiental, pelo Fundo Florestal Permanente, pelo Fundo Azul ou por outros cuja missão seja compatível com as medidas e ações previstas no plano de atuação, tais medidas e ações podem ser financiadas por:

- a) Receitas próprias do ICNF;
- b) Receitas próprias das demais entidades representadas no Conselho de Gestão;
- c) Receitas obtidas no âmbito das medidas e das ações de valorização e divulgação referentes à área protegida;
- d) Verbas disponibilizadas pelos municípios abrangidos pela área protegida;
- e) Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;
- f) Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;
- g) Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;
- h) Contribuições da União Europeia sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

ANEXOS